

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

CARLOS RIBEIRO (1813-1882)

GEÓLOGO E ARQUEÓLOGO

Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras
e da Academia das Ciências de Lisboa
nos 200 anos do seu nascimento



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2013

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Pentaedro, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Comunicações apresentadas
ao Colóquio

“Sistemas de povoamento do território português
no decurso do Bronze Final”

(Fábrica da Pólvora de Barcarena, 23 de Outubro de 2012)

DO VALE À MONTANHA, DA MONTANHA AO MONTE: A OCUPAÇÃO DO FINAL DA IDADE DO BRONZE NO ALENTEJO CENTRAL

Rui Mataloto¹

*Trails of troubles,
Roads of battles,
Paths of victory,
We shall walk*

Bob Dylan, *Paths of Victory*, 1964

1 - A PAISAGEM E A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Alentejo Central é o território genericamente associável ao distrito de Évora de aquém Guadiana, sendo este conceito geográfico conhecido, pelo menos, desde o início do século XX (Vasconcelos, 1941), onde desde logo se assinala a heterogeneidade de paisagens que contempla. Como J. L. de Vasconcelos refere, este conceito aplicava-se, essencialmente, a uma região centrada em Évora, fortemente marcada por uma paisagem aplanada que discorre entre as serras de Portel, a Sul, e a serra d'Ossa a Norte, geologicamente integrada no Maciço Antigo, com solos graníticos e xistosos. Mais recentemente Manuel Calado (1995, 2001) redefiniu este conceito geográfico, integrando o Maciço Calcário de Estremoz/Vila Viçosa, o qual acaba por emergir como um verdadeiro território de fronteira face às planuras alto alentejanas que antecedem a serra de São Mamede, as quais detêm marcada individualidade face ao Alentejo Central. Assim, o território aqui em análise enquadra-se nesta vertente mais alargada do conceito primitivamente utilizado por J. L. Vasconcelos, sendo caracterizado por paisagens abertas, apenas levemente onduladas, de onde emergem, a espaços largos, destacadas elevações e serranias (Fig. 1).

Não se pretende aplicar o conceito de forma restritiva, fechada ou culturalmente significante, mas antes de modo aberto, geográfico, como espaço de vivência e passagem, diverso em si, mas distinto da envolvente.

As grandes linhas de cumeada, como a Serra d'Ossa, o Maciço Calcário de Estremoz/Vila Viçosa e a Serra de Portel, dispõem-se em sentido aproximadamente Este-Oeste marcando fortemente a paisagem e favorecendo a criação de grandes eixos naturais de circulação (Fig. 3).

Esta é uma área igualmente marcada pela centralidade do festo entre as três grandes bacias hidrográficas do Sul do território português, reforçando as suas características de grande corredor natural entre o curso superior descendente do Guadiana e o tramo final do Tejo e Sado.

As principais linhas de água, sempre com cariz marcadamente sazonal, e raras vezes de caudal permanente, seriam em geral facilmente vadeáveis, sem gerar grandes entraves à circulação, que se desenvolveria aproveitan-

¹ Município de Redondo. Praça da República, 7170-011 Redondo. rmataloto@gmail.com

do os festos que cruzam a região. Cremos, então, que o território seria principalmente vertebrado pelas elevações emergentes da planície, que marcariam os caminhos e estruturariam a ocupação.



Fig. 1 – Perspectiva geral da envolvente da Serra d’Ossa e planície a Sul, exemplo da estrutura paisagística em que se organiza o povoamento centro alentejano do final da Idade do Bronze.

Os escassos dados paleoecológicos, baseados em limitadas análises polínicas, parecem determinar que, para o momento que aqui nos ocupa, o território em questão teria conhecido ainda uma importante cobertura vegetal com abundante vegetação ripária e frequentes espécies caducifólias, apontando para um momento de maior densidade arbórea que os imediatamente posteriores (HERNÁNDEZ, 2005; 2010, p. 359). Estes dados parecem acompanhar uma tendência geral verificada no Sudoeste peninsular, confirmada igualmente na bacia do Médio Guadiana (LÓPEZ GARCÍA, *et al.*, 2005; HERNÁNDEZ CARRETERO, 2010, p. 359).

2 – OS TRABALHOS E O TEMPO... BREVE RETROSPECTIVA

Em trabalho recente (MATALOTO, 2012) tivemos o ensejo de efectuar um balanço sobre o estado da investigação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central, pelo que em larga medida este artigo será baseado na perspectiva aí apresentada. Contudo, desde 2008, data de redacção daquele original, novos dados vieram alargar a informação disponível permitindo hoje novas leituras e a melhor sustentação de outras, então apenas equacionadas.

No referido trabalho assinalámos a escassez de dados disponíveis e de como a investigação se encontrava em larga medida “refém” de dados antigos, recolhas pontuais ou de leituras baseadas em recolhas de superfície. Actualmente, se o panorama não se alterou por completo, certo é que melhorou bastante através da realização de

novas intervenções, algumas com os primeiros resultados já dados à estampa (SANTOS, et, 2008; ANTUNES *et al.*, 2012) e outras que noticiaremos aqui.

No entanto, como tentámos evidenciar no trabalho anterior (MATALOTO, 2012) alguns dos achados fortuitos continuam a ser absolutamente estruturantes para o conhecimento do final da Idade do Bronze no Alentejo Central, nunca sendo demais recordar que são daqui provenientes algumas das mais impressionantes jóias deste período registadas no território actualmente português, como o bracelete de Estremoz, o colar de Portel, o bracelete do Redondo e os de Arraiolos, de entre os que chegaram aos nossos dias, e os braceletes de Évora e o colar de Monsaraz, por entre os desaparecidos (COFFYN, 1985; PINGEL, 1992; ARMBRUSTER, 2000; ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993; CORREIA, 1993) (Fig. 2). Por outro lado, é relevante assinalar a sua integração nos dois grandes “âmbitos tecnológicos” deste momento, o grupo Sagrajas/Berzocana e o Grupo Villena-Estremoz (PEREA, 1995; PEREA, 2005), eventualmente indiciadores de demarcações identitárias grupais, como se propôs anteriormente (MATALOTO, 2012).

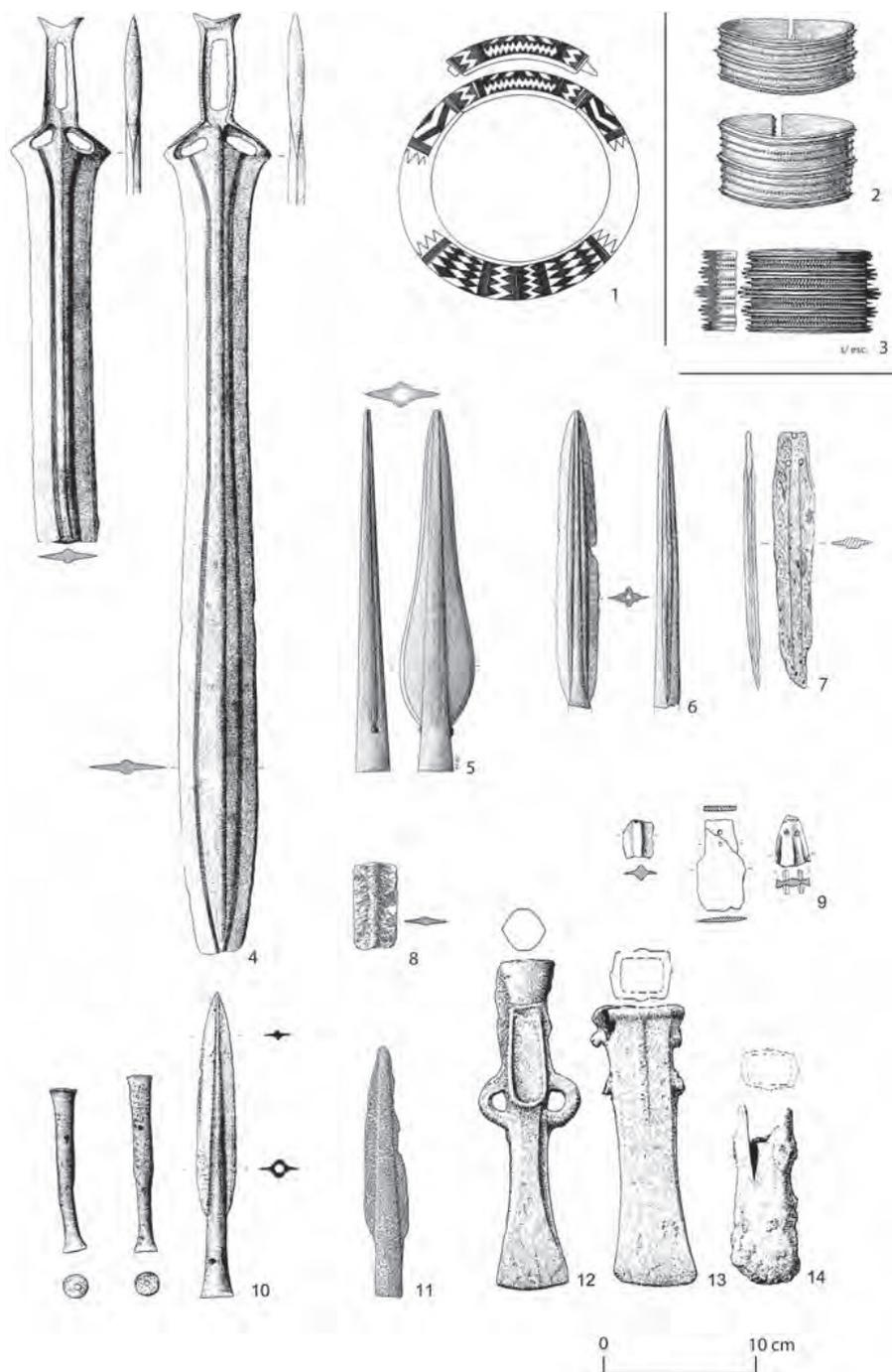


Fig. 2 - Jóias e armas do final da Idade do Bronze do Alentejo Central. 1 - Braceletes de Évora; 2 - Bracelete de Estremoz; 3 - Colar de Portel; 4 - Espadas do Museu de Évora; 5 - Ponta de lança de Veiros; 6 - Ponta de lança do Museu de Évora; 7 - Punhal de Arraiolos; 8 - Espada do Castelo do Giraldo; 9 - Espada e punhais da Coroa do Frade; 10 - “Depósito” de Alqueva; 11 - Ponta de lança de Évora; 12 - Machado de argolas de Veiros; 13 - Machado de alvado de Évora; 14 - Machado de alvado do Alandroal; (1, 8, 11 - Seg. SCHUBART, 1975; 2 - Seg. ARMBRUSTER, 2000; 3, 4, 5 e 6 - Seg. COFFYN, 1985; 7 - Seg. CORREIA, 1988; 9 - ARNAUD, 1979; 10 - Seg. CARDOSO, GUERRA & GIL, 1992; 12, 13, 14 - Seg. MONTEAGUDO, 1977)

No Alentejo Central, tal como em todo o Sul do território actualmente português, os achados de conjuntos metálicos do final da Idade do Bronze são pouco frequentes, destacando-se pequenos conjuntos ou peças isoladas como as espadas do Museu de Évora, as pontas de lança de Évora e Veiros (SCHUBART, 1975; COFFYN, 1985) ou o “depósito” de Alqueva (CARDOSO, GUERRA & GIL, 1992) e o punhal tipo “Porto de Mós” de Arraiolos (CORREIA, 1988) (v. Fig. 2). Todavia, e ainda que possam corresponder a momentos anteriores aos que aqui tratamos, não deixamos de mencionar o importante conjunto de punhais/alabardas do Cano (CARREIRA, 1996), recolhido nas imediações do grande povoado do final da Idade do Bronze de São Bartolomeu (CALADO & ROCHA, 1996-1997), ou os inúmeros machados planos mencionados por L. Monteagudo (1977) que claramente se continuam a produzir em momentos bastante avançados do II Milénio a.C.

Apenas no final da década de 70 do séc. XX o panorama dominado pelos achados se começou a transformar e contextualizar.

Os trabalhos pioneiros, nos anos 60, de Mário Ventura e Afonso do Paço no Castelo Giraldo (PAÇO, 1961), com respectiva valorização de H. Schubart (1975) (Fig. 14), e principalmente a acção de J. Arnaud, com a escavação e publicação da intervenção na Coroa do Frade (ARNAUD, 1979), permitiram um primeiro esboço sobre a Idade do Bronze no Alentejo Central.

O quadro geral traçado por J. Arnaud relativamente à Coroa do Frade mantém-se, em grande medida, actual e operante, como se terá a oportunidade de ver.

A partir do final da década de 80 extensos programas de prospecção, orientados por Manuel Calado, permitiram identificar importantes malhas de povoamento, aparentemente hierarquizadas, organizadas no território centro alentejano (CALADO, 1993a; CALADO & ROCHA, 1996/1997).

Foram ainda realizadas, nos inícios dos anos 90, pequenas intervenções que permitiram constatar outras ocupações deste momento subjacentes a povoados fortificados da Idade do Ferro no Alto do Castelinho da Serra (GIBSON, *et al.*, 1998) (v. Fig. 13) e no Castelo Velho do Lucefécit (CALADO, 1993, p. 63) (Fig. 14). No entanto, tal como os trabalhos anteriores, não tiveram sequência, tendo sido os resultados apenas parcialmente publicados.

O desenvolvimento da Arqueologia Preventiva na última década do século passado e na primeira do actual tem vindo a traduzir-se no claro e diversificado incremento da informação, permitindo documentar ocupações virtualmente invisíveis até então, como se verá.

As intervenções do grande Plano de Minimização de Impactes do regolfo de Alqueva, desenvolvidas durante este período, traduziram-se na escavação de um conjunto limitado de sítios desta cronologia, entretanto já parcialmente apresentados (CALADO, MATALOTO & ROCHA, 2007; CALADO & MATALOTO, 2008; MATALOTO, 2009; MATALOTO, 2012). As acções subsequentes, relativas à implementação dos subsistemas de Alqueva e rede de rega permitiram a intervenção de um número mais alargado de ocupações, favorecendo, igualmente, a identificação de extensas ocupações em planície que antes eram apenas intuídas a partir de escassos materiais de superfície, em áreas pontuais (CALADO & ROCHA, 1996/1997; SANTOS *et al.*, 2008; SOARES *et al.*, 2009; ANTUNES *et al.*, 2012).

É ainda bastante complexo propor qualquer balizamento cronológico para este período mas, os últimos anos têm-se traduzido numa clara ampliação do conjunto de dados disponíveis, incluindo do ponto de vista radiométrico. Na realidade, e como pensamos ficar patente noutra obra (v. Mataloto, *et al.*, neste volume), a cronologia do final da Idade do Bronze apresenta-se em claro processo de consolidação, devido em boa medida à exponencial ampliação das datações ¹⁴C disponíveis para este período. Contudo, estamos conscientes que continuam a faltar, ainda, contextos e estudos circunstanciados que permitam melhor caracterizar e compreender os contextos culturais datados.

As propostas disponíveis, de publicações mais ou menos recentes, estabelecem o arranque do final da Idade do Bronze algures pelos meados/finais do séc. XIII a.C. (v. JORGE, 1990, p. 231; RUIZ-GÁLVEZ, 1995, p. 83; PAR-

REIRA, 1995, p. 132; SOARES & SILVA, 1998, p. 241; CARDOSO, 2002, p. 349) seguindo genericamente propostas avançadas para territórios mais alargados, mesmo à escala europeia (VILAÇA, 1995, p. 36; COFFYN, 1985, p. 188). Todavia, como ficou bem patente na revisão alargada de Alfredo Mederos (1997) a questão é complexa e pouco definida, resultando, por vezes, mais da tradição de investigação do que de dados arqueológicos concretos. Por exemplo, para a área contígua da Extremadura, onde o II milénio a.C. se encontra algo melhor caracterizado, avança-se o início do Bronze Final para os finais do século XII (PAVÓN, 1998, p. 234), o que, contudo, parece ser contraditado pelos recentes resultados de Medellín, que favorecem o seu recuo em mais de um século (JIMÉNEZ ÁVILA & GUERRA MILLÁN, 2012, p. 104). Não deixa de ser relevante que, num recente balanço sobre as datações de radiocarbono para contextos do Sul peninsular se perfila uma separação em dois momentos, estabelecendo-se a fronteira em meados do II milénio a.C. (GARCÍA SANJUÁN & ODRIÓZOLA, 2012, p. 377). Como se verá, as datações mais antigas de Evoramonte, obtidas para o início da sequência da Idade do Bronze, acompanham esta tendência, começando a haver argumentos para problematizarmos um eventual recuo do final da Idade do Bronze para meados do milénio ou, então, criarmos outras categorias intermédias, como o Bronze Tardio, tal como proposto para outras regiões.

Se o início do Bronze Final nos surge ainda bastante incerto, e a carecer de aprofundada análise e mais ampla documentação, também o final deste período e a sua transição para a Idade do Ferro carece de mais dados e problematização sendo impossível de resumir ao estipulado arranque do período colonial fenício, enquadrado segundo alguns autores nos finais do século IX a.C. no Sul peninsular (TORRES, 2008, p. 140; TORRES, 2002, p. 83).

Na realidade, antes de falarmos de um tempo preciso, cremos que se deve tentar definir com clareza quais os processos sociais e culturais que se pretende enquadrar dentro de um determinado intervalo de tempo, que não tem que, nem pode, ser um espartilho de fenómenos longos de transição e mutação das sociedades, dados por vezes a ritmos diversos. Neste sentido, vejamos como os dados do Castro dos Ratinhos são expressivos (BERROCAL & SILVA, 2010), ao apresentarem para a Fase I a e b uma realidade fundamentalmente da Idade do Bronze em cronologias claramente avançadas, e contemporâneas de outras já manifestamente transformadas pelas realidades coloniais, como os contextos datados de Almaraz e Santarém (BARROS & SOARES, 2004).

O Tempo será, então, lido aqui como uma referência fluída, na qual se desenrolam processos lentos de transformação que poderão, contudo, desembocar em rupturas e mutações bastante rápidas, ainda difíceis de aprisionar nas malhas do radiocarbono. O Tempo deste trabalho será, então, algures entre os meados do II milénio a.C. e os meados do segundo quartel do milénio seguinte.

3 – ENTRE A SERRA E A PLANÍCIE: AS ESTRUTURAS DO POVOAMENTO

O povoamento do final da Idade do Bronze apresenta-se diverso, quer nas estratégias de implantação, quer nas dimensões que apresenta. Contudo, a escassez de dados seguros e sustentados em escavações arqueológicas alargadas impõe contenção na avaliação dos modelos de povoamento, acabando-nos por basear, essencialmente, nas opções topográficas escolhidas. As distintas ocupações podem agrupar-se, então, genericamente, em três grupos distintos que certamente evoluirão para novas categorias, à medida que os estudos se forem aprofundando. Temos, assim, instalações em cumeada, em altura e em planície.

As grandes ocupações em cumeada são a face mais visível e característica dos modelos de povoamento do final da Idade do Bronze, instalando-se sobre as mais destacadas elevações da planície alentejana, atingindo, em geral, uma extensão muitas vezes inusitada, que excede facilmente a dezena de hectares. Os topos das maiores serranias alentejanas, como a serra d'Ossa (Evoramonte, São Gens e Castelo Velho) ou a serra de Portel (Serra Murada) (Fig. 3), mas igualmente das elevações de Monsaraz, onde escavações recentes confirmaram os dados de

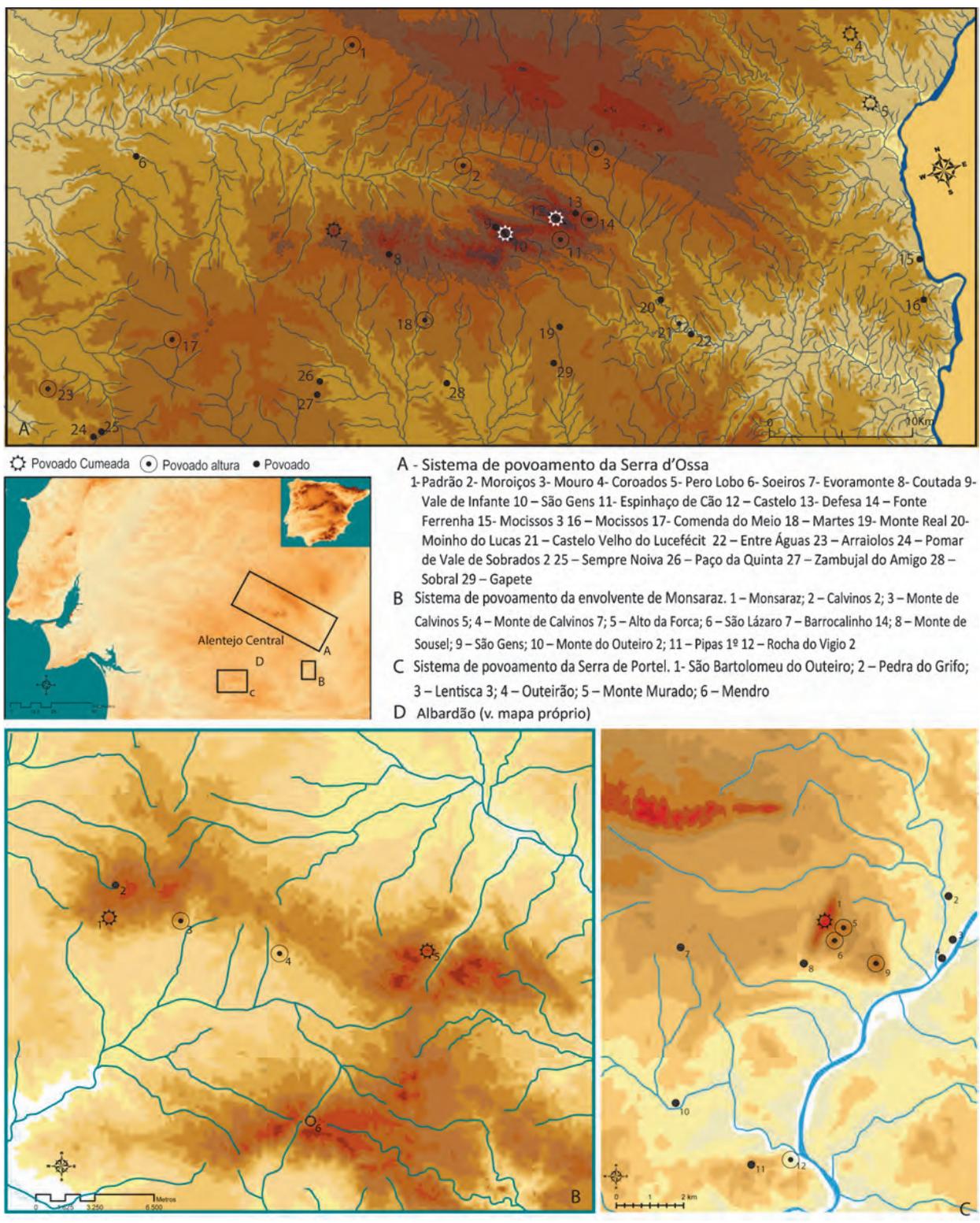


Fig. 3 – Sistema de Povoamento do final da Idade do Bronze do Alentejo Central: A- Serra d'Ossa B- Serra de Portel C- Monsaraz

prospecção², ou do Maciço Calcário (São Bartolomeu, em Sousel, e os Coroados, em Vila Viçosa) conheceram instalações de grande dimensão durante o final da Idade do Bronze. Ainda que não se encontre no território aqui em análise, a ocupação do Castro dos Ratinhos está dele separada apenas pelo Rio Guadiana constituindo, claramente, a mais bem documentada destas grandes ocupações de cumeada na envolvente imediata do Alentejo Central.

Este processo de ocupação das mais altas cumeadas da região parece iniciar-se pelo menos desde os meados do IIº milénio a.C., atendendo às datas que dispomos da sequência estratigráfica de Evoramonte (MATALOTO *et al.*, 2013, neste volume) (Fig. 19), acompanhando um processo de subida e instalação em altura que se pode documentar desde o início do II milénio a.C., como foi passível documentar no sudoeste peninsular em sítios como Alanje (PAVÓN, 1998) ou Trastejón (HURTADO *et al.*, 2010).

O modo como se destacam na paisagem, ocupando locais estratégicos no controlo das transitabilidades, quer Norte-Sul, quer Este-Oeste, torna estas grandes instalações pontos nodais na estruturação do povoamento. Usualmente apresentam potentes taludes perimetrais, eventualmente indiciadores da presença de estruturas de delimitação. Contudo, os dados de Evoramonte, onde a intervenção que temos levado a efeito não permitiu confirmar, na área intervencionada, a presença de qualquer estrutura de contenção, impõem reservas à associação directa da presença de taludes a sistemas defensivos. Neste aspecto, cremos ser particularmente expressivo recordar o caso do povoado de Trastejón (Huelva), onde os taludes artificiais correspondem a estruturas de terrapleno e não a um dispositivo defensivo (HURTADO *et al.*, 2011, p. 34). Todavia, estamos conscientes que alguns destes indícios estarão certamente associados a dispositivos que, em vez de complexas estruturas poliorcéticas, serão antes verdadeiras “encenações” defensivas como as registadas no Castro dos Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 235) ou no Passo Alto (SOARES, ANTUNES & DEUS, 2012, p. 251). A dimensão destas grandes instalações levanta um conjunto alargado de questões, da qual gostaríamos de destacar: qual a intensidade da ocupação do espaço? De há muito se supõe que estes recintos teriam amplas áreas não ocupadas (ARNAUD, 1979), eventualmente relacionadas com a criação e aprisco de rebanhos. As observações levadas a efeito em diversas destas ocupações, como Evoramonte ou o Castelo Velho da Serra d’Ossa vêm, de certo modo, ao encontro destas propostas, registando-se áreas onde a presença de material arqueológico é escassa, a par de outras onde é bem mais frequente. Contudo, e em particular no primeiro caso, onde a dispersão de materiais não sujeito a arrasto prolongado supera os 30ha, fica bem clara a existência de extensas áreas com uma grande intensidade de ocupação, patente em diversos cortes dispersos pelo cerro, e confirmada na área intervencionada, com espessa estratigrafia desta fase. Assim, cremos que estas ocupações permitiriam reunir largas centenas, ou mesmo milhares, de indivíduos gerando comunidades com forte peso na estruturação do povoamento. É claro que se pode sempre questionar a própria sazonalidade das ocupações, que a constante sobreposição de estruturas habitacionais em materiais percíveis parece favorecer. Todavia, a presença em alguns deles de extensas estruturas de delimitação, a multiplicidade e variedade de indícios da prática de actividades produtivas, associada à abundante cerâmica implica, no mínimo, a estadia prolongada no topo de serranias agrestes, distante dos mais elementares suportes de vida, como a água e os campos de cultivo.

A serra d’Ossa, já anteriormente apresentada como o centro de uma intensa e complexa rede de povoamento (CALADO, 1993a; MATALOTO, 2012), concentra em si três das mais extensas ocupações de cumeada conhecidas no Alentejo Central. Os dados disponíveis são escassos mas permitem uma maior aproximação à diversidade das ocupações que se podem dissimular sob este modelo de instalação.

² Recentemente, duas intervenções dirigidas por Nuno Pedrosa permitiram confirmar os dados de superfície ao registarem materiais em estratigrafia, especialmente na sondagem efectuada nas imediações da Torre de Menagem.



Fig. 4 – Vista geral de Evoramonte, a partir de Sudeste, com localização da área intervencionada. Vista geral da área escavada no início da campanha 2012. Estruturas da Idade do Bronze: embasamento de cabana, lareira, buraco de poste não estruturado e buraco de poste estruturado.

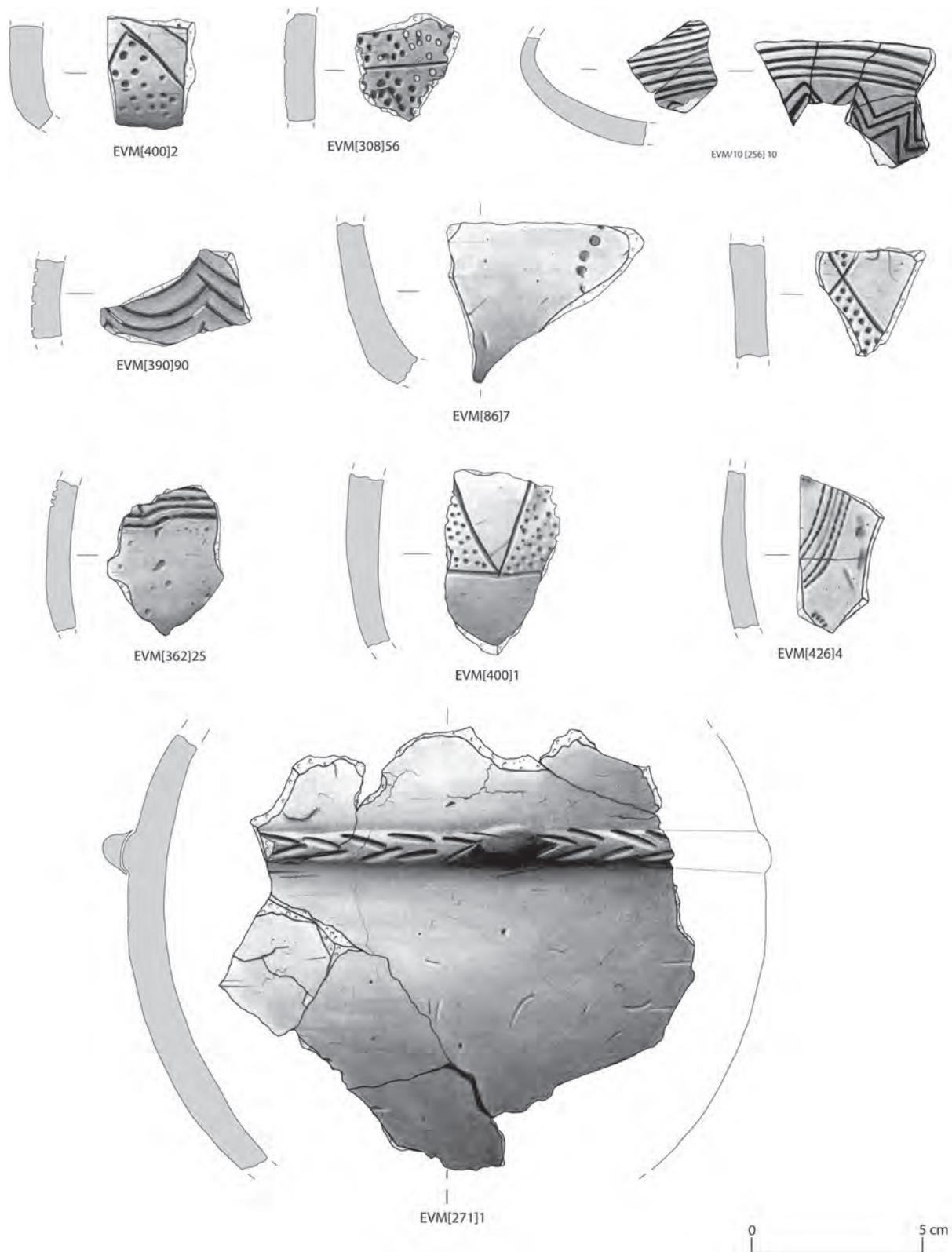


Fig. 5 – Cerâmica decorada de Evoramonte de influência Cogotas I: incisa e “punto y raia” (desenhos: I. Conde).

O cabeço de Evoramonte domina largamente a paisagem alentejana, impondo-se facilmente como um verdadeiro *Axis Mundi*, que estrutura os eixos visuais e de transitabilidade natural, evidenciando bastante bem as características inerentes a este modelo de instalação (Fig. 3 e 4). Este é certamente o mais extenso povoado do final da Idade do Bronze no Alentejo Central, dispersando-se os materiais por uma ampla área (c. 30 ha) do topo ao sopé do cerro, verificando-se a presença de materiais pouco rolados depositados na horizontal nos muitos taludes artificiais existentes. A ocupação estrutura-se em plataformas ao longo da encosta, por vezes em áreas bastante íngremes, ainda que possam existir zonas vazias, em particular algumas das mais declivosas. No topo, intervenções recentes permitiram documentar traços claros de ocupação durante este período, infelizmente remobilizadas em estratos da ocupação Moderna do local (COSTA & LIBERATO, 2007, p. 634).

A intervenção que temos vindo a desenvolver na encosta sudeste do cabeço de Evoramonte desde 2008, em colaboração com a Dr.^a Catarina Alves, tem permitido documentar uma longa e dinâmica estratigrafia da Idade do Bronze, bastante marcada pela sobreposição de pisos de ocupação e delareiras, associadas a estruturas habitacionais elaboradas em materiais perecíveis (Fig. 3 e 19). Estes dados parecem documentar uma intensa ocupação do sítio durante um longo período de tempo, como a sequência radicarbónica de 6 datas obtidas sobre ossos de fauna parece comprovar (MATALOTO *et al.*, 2013, neste volume)³. A ocupação parece arrancar pelo menos em meados do II milénio a.C. prolongando-se, claramente, até aos inícios do segundo quartel do milénio seguinte. O espólio cerâmico é abundante, mas bastante fragmentado, compondo-se em larga medida por formas fechadas e fundas, de perfil em “S”, usualmente com acabamentos mais toscos, a par de outras abertas, carenadas ou não, por vezes com excelente acabamento brunido (Fig. 7). A decoração com ornatos brunidos é absolutamente residual (v. Fig. 8), estando bem menos documentada que as cerâmicas de clara filiação mesetenha do mundo Cogotas I, presentes em grande parte da estratigrafia e correspondentes a padrões associáveis ao seu período clássico (ABARQUERO MORAS, 2005, p. 469) (Fig. 5). O espólio metálico encontra-se pouco documentado, contando apenas com pequenos furadores e faca; no entanto, realça a presença de uma pequena placa de ouro com decoração canelada, enrolada em duplo sentido inverso (Fig. 6), cuja presença em nada altera a visão bastante



Fig. 6 – Pequena lâmina decorada e enrolada, em ouro, de Evoramonte.

destacada cumeada adjacente à importante portela do *Meio Mundo* (Fig. 9 e 11), dominando a visibilidade principalmente para nascente, num ângulo absolutamente complementar ao de Evoramonte, no extremo oposto da

indiferenciada que emana da área intervencionada, como veremos. Esta presença de um pequeno elemento de ouro deve fazer-nos recordar que estamos numa região onde os achados de jóias em ouro estão bastante bem documentados (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993), a que não deverá ser alheio o facto de existir ouro aluvial, explorado até aos finais do séc. XVIII, junto ao sopé de Evoramonte (FONSECA, 2003, p. 127).

O sítio do Castelo (Calado e Mataloto, 2001) apresenta características algo distintas do anterior, mas implanta-se, igualmente, sobre uma

³ Estas datações foram obtidas em colaboração com o Eng. Monge Soares, ao qual agradecemos toda a disponibilidade e comentários. As mesmas serão objecto de apresentação aprofundada em futuros trabalhos, sendo agora integradas em outro artigo deste volume (v. Mataloto, Soares e Martins, 2013, neste volume). No presente trabalho apresentamos apenas datas BP, remetendo a apresentação completa das mesmas para esta última referência.

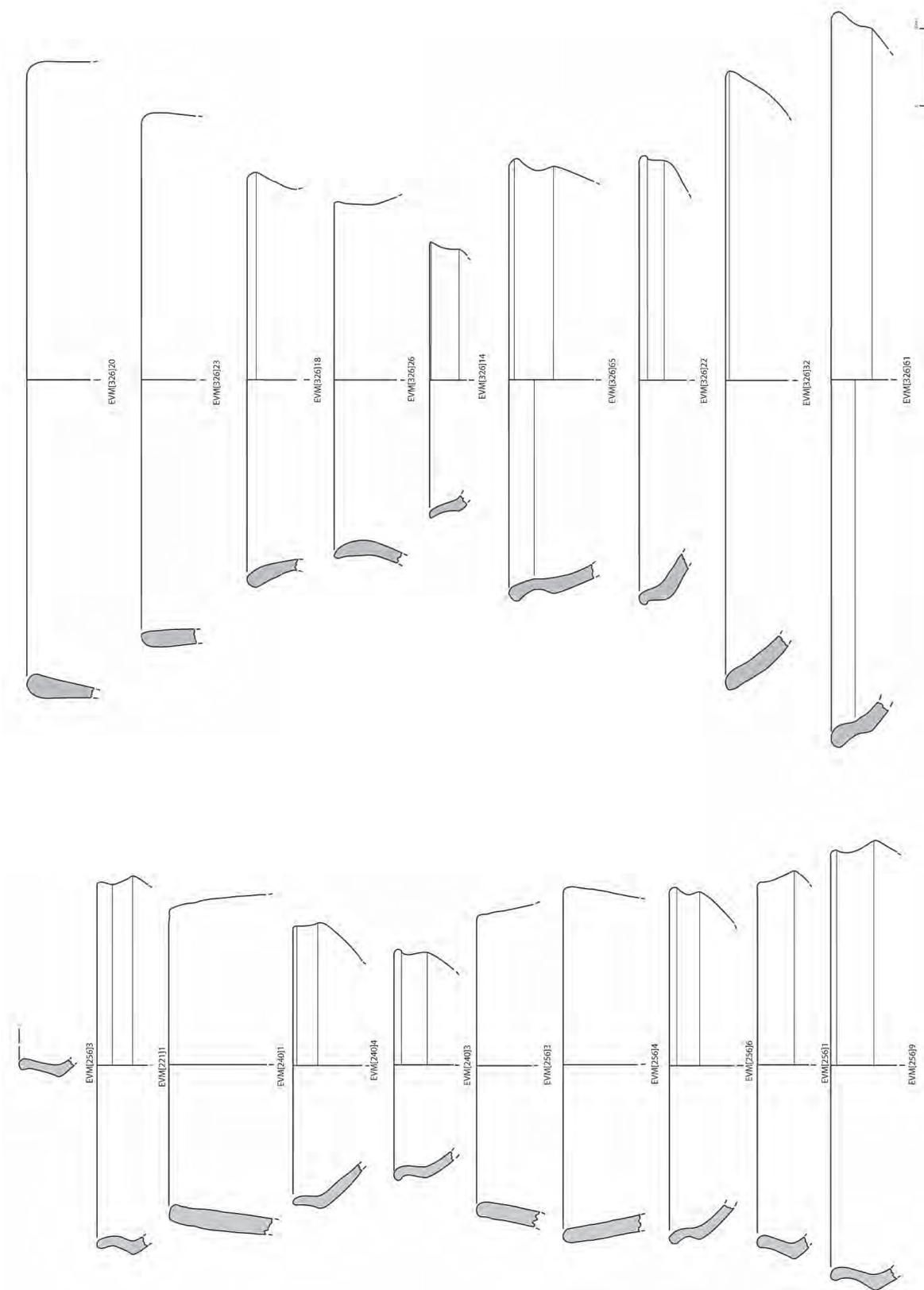


Fig. 7 – Conjuntos cerâmicos de estratigrafia datada de meados do II milénio a.C., da plataforma sul de Evoramonte (esquerda) e do I milénio a.C. da plataforma norte (direita).

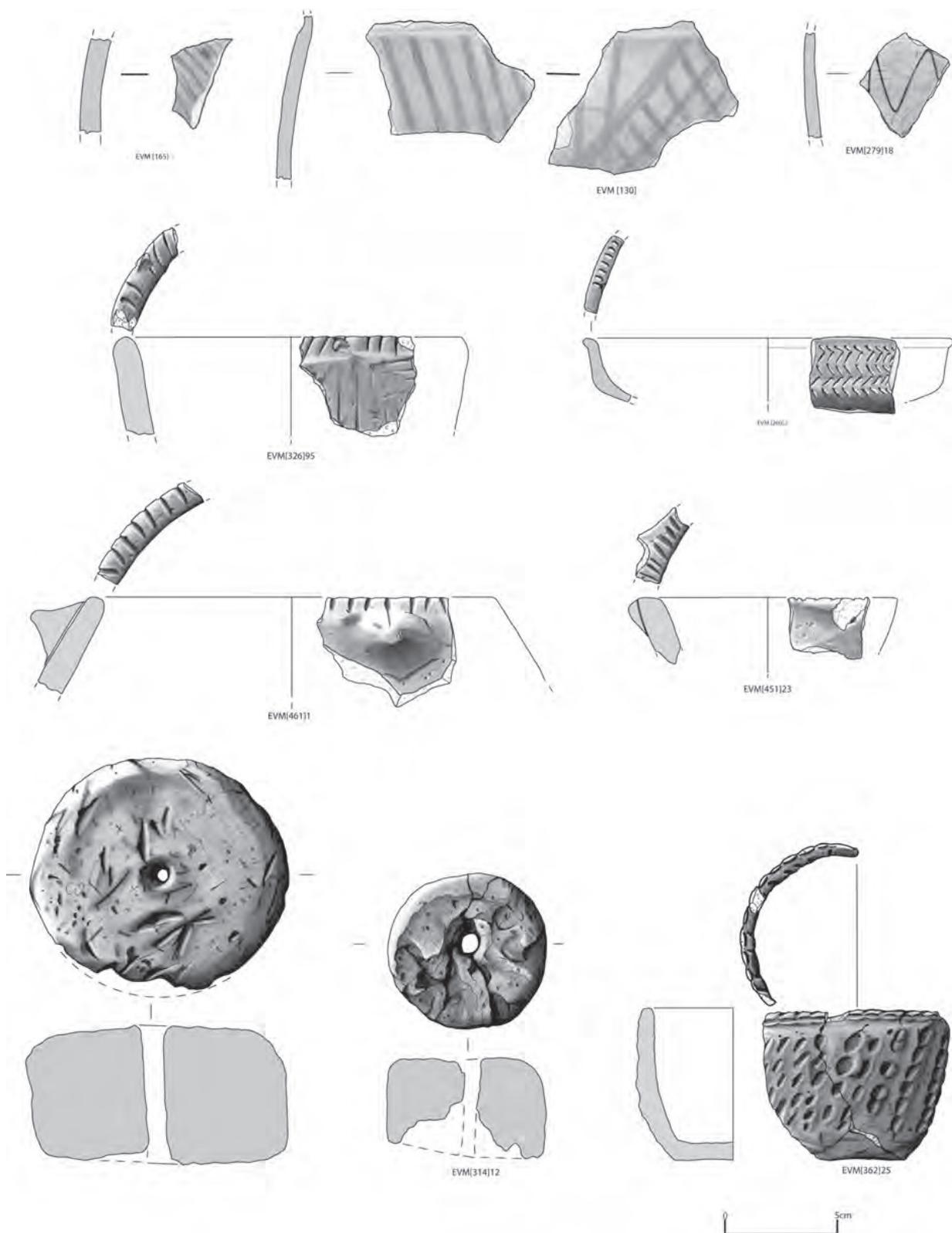


Fig. 8 – Cerâmica decorada de Evoramonte: ornatos brunidos (topo) e cerâmica com decoração incisa/impressa. Pesos de tear. Cerâmica decorada com ungulações (em baixo, à direita) (desenhos: I. Conde).

serrania. O Castelo Velho da Serra d'Ossa, como foi denominado por Gabriel Pereira no final do século XIX (PEREIRA, 1889), é conhecido como local de povoamento antigo ao menos desde meados do século XVIII, onde é referido em diversas publicações (HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO, 1745).

Localizado num dos topos da serra d'Ossa domina a vastidão da planície centro alentejana e controla importantes caminhos de transitabilidade natural, tanto Este-Oeste como Norte-Sul.

Os vestígios de ocupação estendem-se por cerca de 14ha, ao longo de uma destacada linha de cumeeada que engloba o segundo ponto mais alto da serra d'Ossa, estando aparentemente cercada por uma estrutura de delimitação, perceptível pela presença de um talude visível numa extensão aproximada de 1,5 km. Esta estrutura encontra-se bastante afectada no lado Norte onde, a espaços, é visível em corte a sua constituição em lajes pequenas, dispostas na horizontal, sem que nos seja claramente perceptível a presença das faces interna e externa.

O conhecimento do local resulta, essencialmente, de intensas recolhas de superfície favorecidas pela fortíssima afectação que o sítio conheceu na sequência do processo de eucaliptização da serra d'Ossa desde os anos 60. Além do plantio, a abertura de corta-fogos continua a provocar a destruição dos vestígios arqueológicos, expondo diversas realidades estruturais ou contextos de abandono, como os que geraram uma pequena intervenção de emergência no Verão de 2005. Esta corresponde à única intervenção arqueológica levada a efeito no local, tendo por objecto a escavação de uma possível cista e a remoção de um conjunto de cerâmicas da Idade do Bronze fracturadas em conexão e expostas pela erosão num dos estradões. Em 2008, perante a inacção das entidades competentes, efectuámos nova limpeza e registo de diversas realidades estruturais e materiais visíveis à superfície, que permitiram constatar, no estradão que corta longitudinalmente o cerro, a presença de diversas estruturas de índole aparentemente habitacional, como parte do soco de pelo menos uma cabana de lajes dispostas em cutelo, e diversos buracos de poste estruturados, a par de outras estruturas de maior porte, mas menor leitura (Fig. 9). O conjunto cerâmico é bastante extenso, acompanhando a gama formal típica do final da Idade do Bronze. Os grandes recipientes, de bordo ligeiramente exvasado são abundantes, por vezes associados a grandes pegas mamilares, com frequência decorados com acabamentos “cepillados” externos ou em ambas superfícies (Fig. 10). A par destes desenvolve-se toda uma gama de formas simples, hemisféricas, mais ou menos profundas, de fundo plano. As formas de menores dimensões, frequentemente carenadas, apresentam, ao invés das anteriores, pastas depuradas e bons acabamentos, por vezes brunidos. A decoração de ornatos brunidos, ainda que estando documentada, é pouco frequente, surgindo principalmente em gramáticas simples (Fig. 10). Ao longo do povoado foram também referenciados alguns objectos metálicos, como um pequeno bracelete, a par de outros indícios de práticas metalúrgicas, como moldes (CALADO & MATALOTO, 2001). A diacronia de ocupação é difícil de assegurar, em particular a origem do povoado, se atendermos à longa diacronia de Evoramonte sem clivagens artefactuais assinaláveis; o abandono do local parece acompanhar, tal como acontece com todas as ocupações do final da Idade do Bronze do território centro alentejano, a disseminação das novas realidades produtivas difundidas a partir do litoral pelas comunidades fenícias, como a roda de oleiro ou a arquitectura de planta ortogonal.

Ao longo do extenso topo registou-se a presença de diversos painéis com gravuras incisas filiformes e importantes painéis com covinhas, os quais carecem ainda de um trabalho aprofundado, mas que poderão estar a indiciar espaços relevantes do ponto de vista sócio simbólico dentro da área ocupada.

O São Gens é a terceira grande ocupação do final da Idade do Bronze conhecida na Serra d'Ossa, apresentando, contudo, características algo distintas dos anteriores, como se pretende evidenciar.

O alto de São Gens é o ponto cimeiro da Serra d'Ossa, localizado numa área relativamente central da mesma, erguendo-se no entrecruzar de diversas cristas, dominando as duas mais importantes portelas da serra, a já apontada do Meio Mundo, para Nascente, e a do Convento para Poente. Os vestígios de ocupação estendem-se por mais de 10 ha, ocupando o topo aplanado e grande parte da encosta Norte, que desce em pendente mais

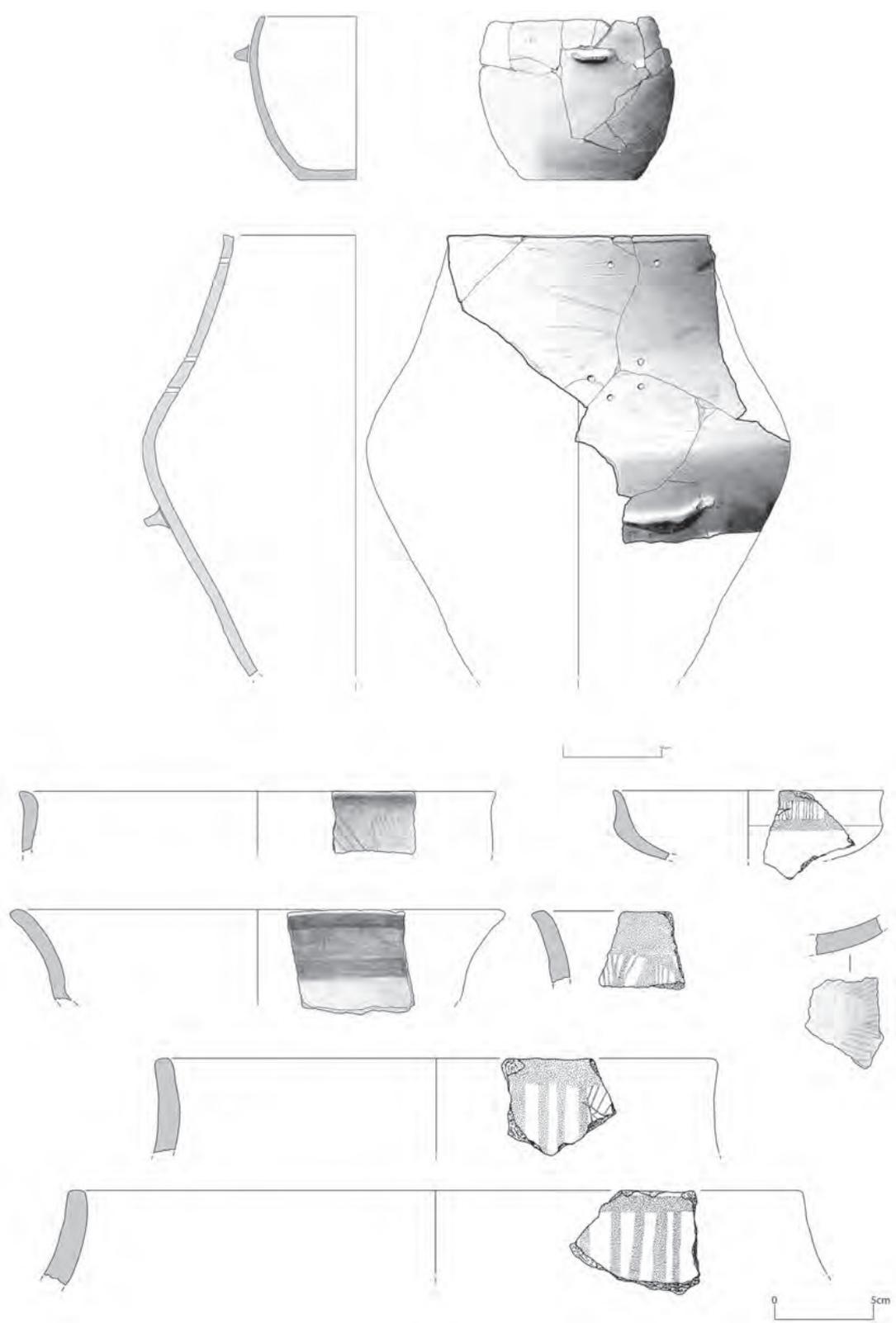


Fig. 10 - Conjunto cerâmico do Castelo Velho da Serra d'Ossa: grande contentor com decoração *cepillada*; decoração de ornatos brunidos. (desenhos: C. Roque, C. Pereira e CALADO & MATALOTO, 2001).



Fig. 11 – Vista geral de Norte da crista de São Gens (à direita) separada da Crista do Castelo Velho da Serra d’Ossa (à esquerda) pelo vale do *Meio Mundo*. Em baixo, conjunto cerâmico, [5], fracturado em conexão (à esquerda) e estruturas habitacionais (lareira e buraco de poste) (à direita).

suave até formar uma ampla rechã, que depois cai abruptamente sobre o vale do Meio Mundo, numa vertente ponteadada por destacados afloramentos rochosos, onde se detectaram diversos painéis com covinhas.

A intensa afectação resultante do plantio de eucaliptos eliminou quase por completo qualquer evidência das estruturas de fortificação, aparentemente visíveis junto ao topo em meados do século XX (ALMEIDA, 1945), mas que poderiam corresponder parcialmente à fortificação calcolítica documentada no local (MATALOTO, 2005).

Em 2003, em virtude da implantação de uma antena de comunicações, efectuámos uma pequena intervenção junto ao topo, de que já se apresentou uma leitura global (MATALOTO, 2004a).

Foram escavados cerca de 150m² que, apesar da magra estratigrafia, permitiram caracterizar a ocupação numa área adjacente ao topo.

A intervenção permitiu documentar um conjunto cerâmico de tradição local do final da Idade do Bronze, a que se apensou um conjunto de novas formas, de origem ou inspiração colonial, tal como ânforas 10.1.1.1 e pintadas, além de *pithoi* já de produção regional.

As formas locais correspondem principalmente a recipientes de consumo individual e formas abertas, em geral carenadas, para além de vasos de pequena e média dimensão, de perfil em “S”. Já as importações e produções a

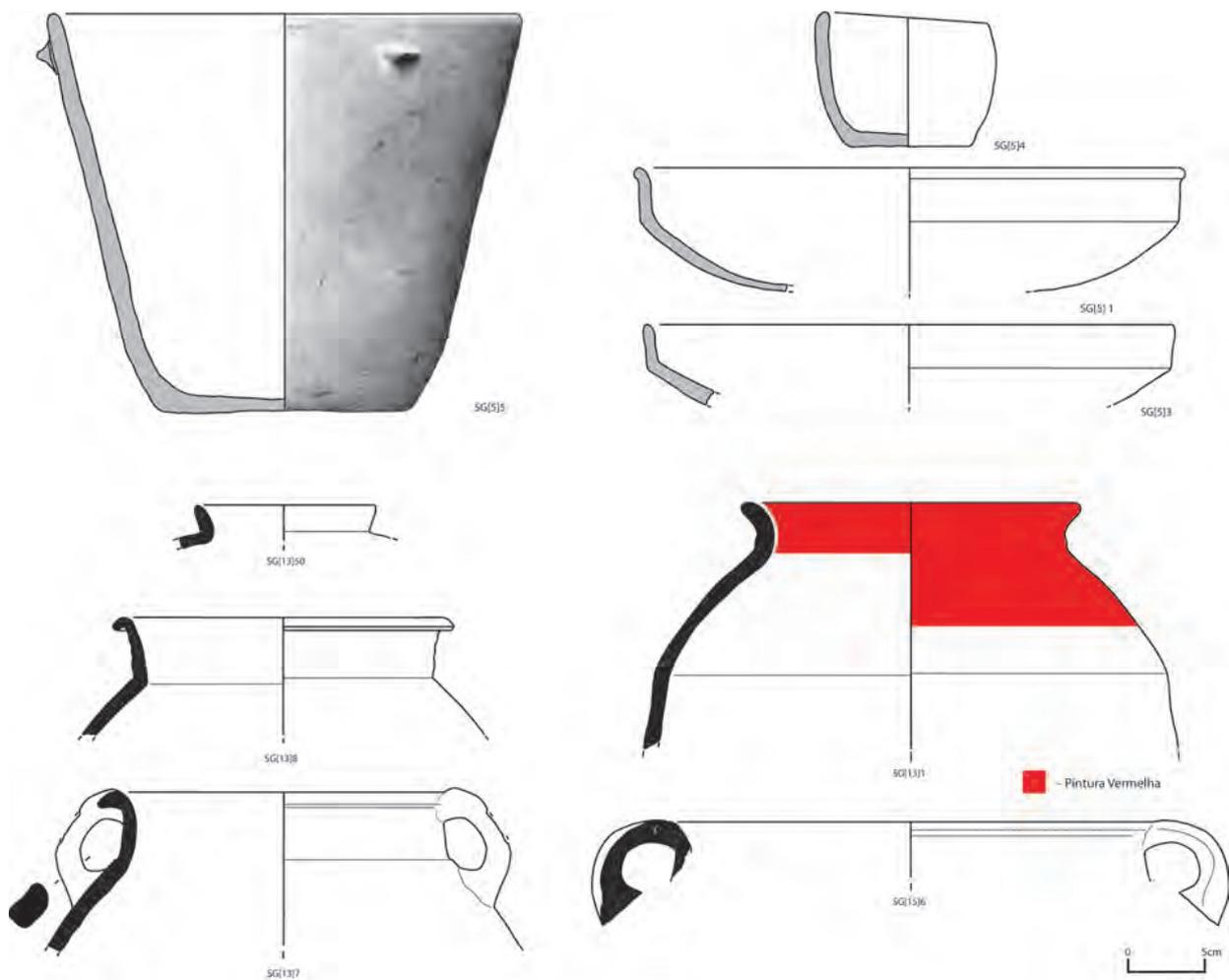


Fig. 12 - Conjunto cerâmico recolhido na intervenção no alto de São Gens (MATALOTO, 2004 a).

torno relacionam-se principalmente com grandes contentores de armazenagem e transporte. Cremos relevante assinalar que a decoração de ornatos brunidos se encontra, até ao momento, ausente, ainda que se documentem cerâmicas de superfícies intensamente brunidas.

Esta realidade foi documentada em toda a área escavada, não tendo sido registada qualquer diferenciação diacrónica, na magra estratigrafia. Este conjunto artefactual, digamos de transição, registou-se imediatamente sobre o substrato rochoso.

Os escassos indícios de construções documentam a presença, junto ao topo, de estruturas em materiais perecíveis, de planta indeterminada, a par de pequenas construções em pedra e uma lareira, com solo de fragmentos cerâmicos. A intervenção permitiu verificar apenas uma fase de ocupação, à qual se deve reportar todo o conjunto artefactual e arquitectónico.

Assim, se atendermos essencialmente ao resultado da escavação, São Gens é um povoado bastante tardio, de um momento já claramente de transição, devendo apresentar uma ocupação relativamente circunscrita no tempo, decorrendo o seu abandono do mesmo processo de transformação das malhas de povoamento que conduziu ao abandono do povoado do Castelo Velho. Todavia, intensas recolhas de superfície que temos vindo a efectuar por toda a encosta Norte, fortemente afectada pelo plantio de eucaliptos em socalcos, ainda que não documentem um

panorama substancialmente distinto ao nível da cerâmica de tradição do final da Idade do Bronze, foram infrutíferas relativamente à recolha de material a torno, regional ou importado, o que poderá ter um significado cronológico ou socio-económico, de mais complexa percepção.

Ao invés do registado nos grandes povoados de cumeada mencionados anteriormente, no São Gens uma análise cuidada das recolhas de superfície indicia uma ocupação relativamente pouco intensa, com concentrações cerâmicas espaçadas, muitas vezes localizadas na rechã Norte onde, todavia, há indícios de uma ocupação mais prolongada, como poderão indicar diversos dormentes de mó de sela. A intervenção levada a efeito no topo, que permitiu documentar a fortificação calcolítica, verificou, igualmente, a escassez ou mesmo ausência de estratigrafia da Idade do Bronze, apesar de estarmos a apenas 30m da intervenção de 2004, onde se documentaram estratos de ocupação do final da Idade do Bronze. Este facto parece reforçar a possibilidade de uma ocupação esparsa e intermitente no topo. Cremos ser possível equacionar a ocupação do São Gens enquanto “*meeting place*”, onde se geriam e mediavam as relações entre as comunidades que ocupavam a serra, instaladas em povoados como Castelo Velho, Evoramonte, Espinhaço de Cão, Fonte Ferrenha ou mesmo Martes, já na sua margem, mas também em territórios envolventes, tal como tem vindo a ser proposto para diversas realidades do Norte da Europa (KRISTIANSEN, 2010, p. 185; THURSTON, 2010, p. 228). A presença, num momento avançado da Idade do Bronze, de estruturas negativas onde se amortizavam as primeiras ânforas de vinho importadas na região e *pithoi* de produção local e de importação, como aconteceu na estrutura negativa [17] do São Gens, parece indicar, tal como acontece nos citados contextos do Norte da Europa, a presença de festins e celebrações que impunham a estadia temporária no topo, em momentos específicos do ano, associada a celebrações cuja essência apenas podemos especular. Não deixa de ser relevante assinalar que, no cerro de São Gens, se realizava a festa anual de São “Cornelho” (Cornélio) até muito recentemente, onde se efectuava a bênção dos rebanhos, principalmente de caprinos, reunidos no topo da serra. Esta reunião foi entendida, a par das ofertas em géneros efectuadas na rocha de “São Cornelho”, localizada a curta distância de São Gens, como resquícios de uma celebração ancestral (MOITA, 1965), o que se poderá revestir de alguma veracidade.

Este facto não obsta que existisse uma reduzida ocupação permanente no local, como o indicia a presença de elementos de tear, a par de prática de moagem e provavelmente metalurgia. Este povoado ver-se-ia reforçado pontualmente em momentos específicos do ano, durante celebrações e reuniões junto ao topo, onde os indícios de ocupação, para momentos anteriores à chegada das primeiras importações, são escassos. A centralidade e conspicuidade, associadas à facilidade de acesso ao cabeço de São Gens facilitariam a sua utilização como local de agregação e mediação entre os grupos, reforçando, então, os laços existentes entre os diversos povoados que acabariam por funcionar como uma única comunidade, pertencente a um mesmo sistema de povoamento (MATALOTO, 2012).

O modelo de instalação nas grandes cumeadas parece, então, integrar um conjunto diverso de ocupações que deve ter desempenhado um papel fulcral na estruturação do povoamento, em moldes que discutiremos adiante, e que pensamos ter ficado patente pela sua associação a imponentes jóias áureas, como defendemos em outro local (MATALOTO, 2012).

Os povoados de altura, implantados em elevações destacadas, próximos a boas áreas agrícolas, são igualmente bastante característicos deste período. Em geral, não apresentam grandes dimensões, entre um a dois hectares, sem que sejam evidentes em muitos deles claros indícios da presença de estruturas perimetrais. Neste grupo podem ainda integrar-se algumas ocupações de características genericamente semelhantes, mesmo que apresentem estratégias de implantação ligeiramente distintas, aos instalarem-se em esporões ou cabeços rochosos, rodeados por elevações de maior altura.

Este modelo de instalação engloba um conjunto diverso de ocupações, algumas das quais objecto de trabalhos arqueológicos relativamente contidos, que nos permitem caracterizar um pouco melhor a sua variabilidade. Os

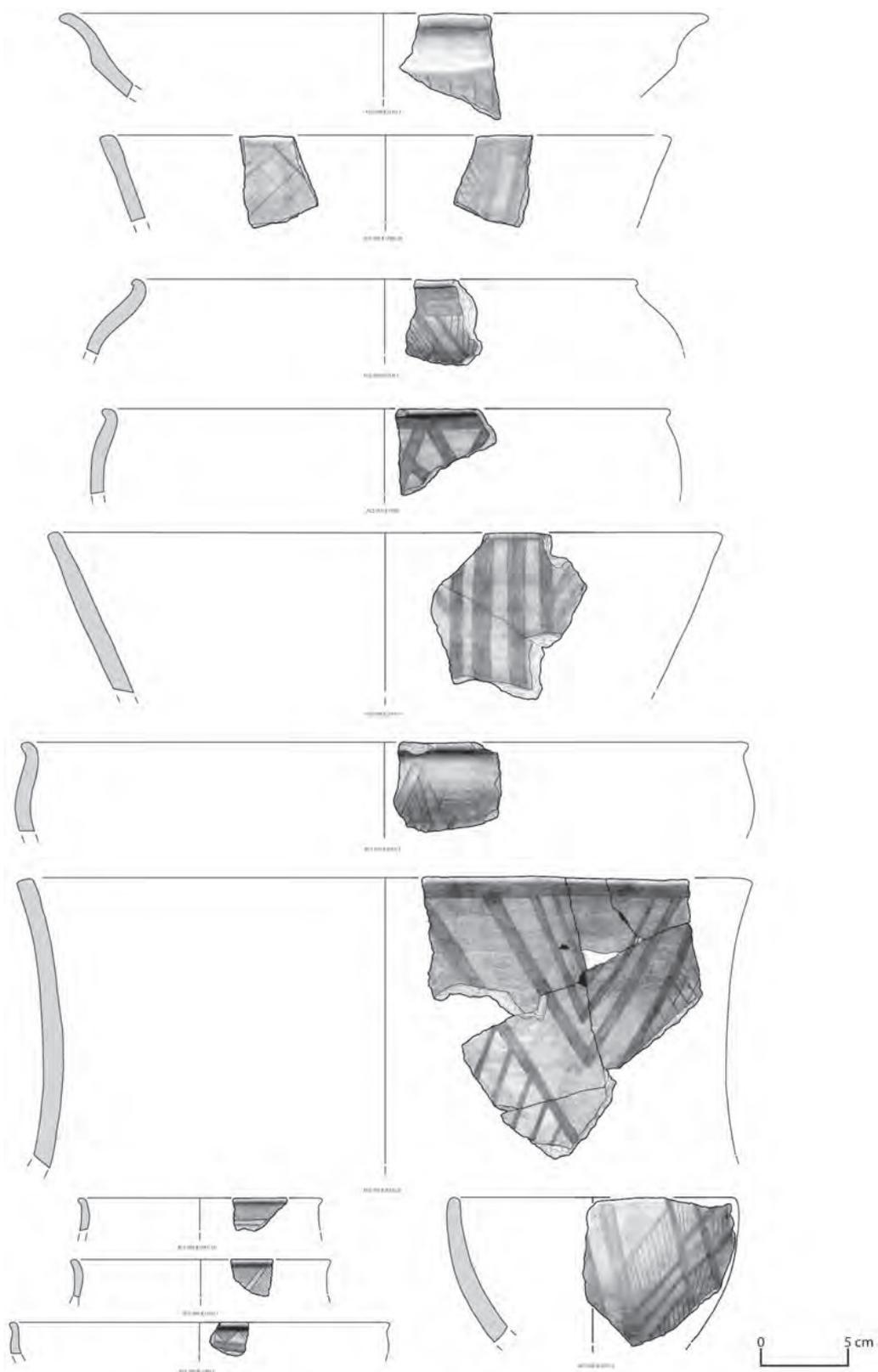


Fig. 13 - Conjunto cerâmico do povoado de altura do Alto do Castelhinho da Serra (desenhos: C. Pereira).

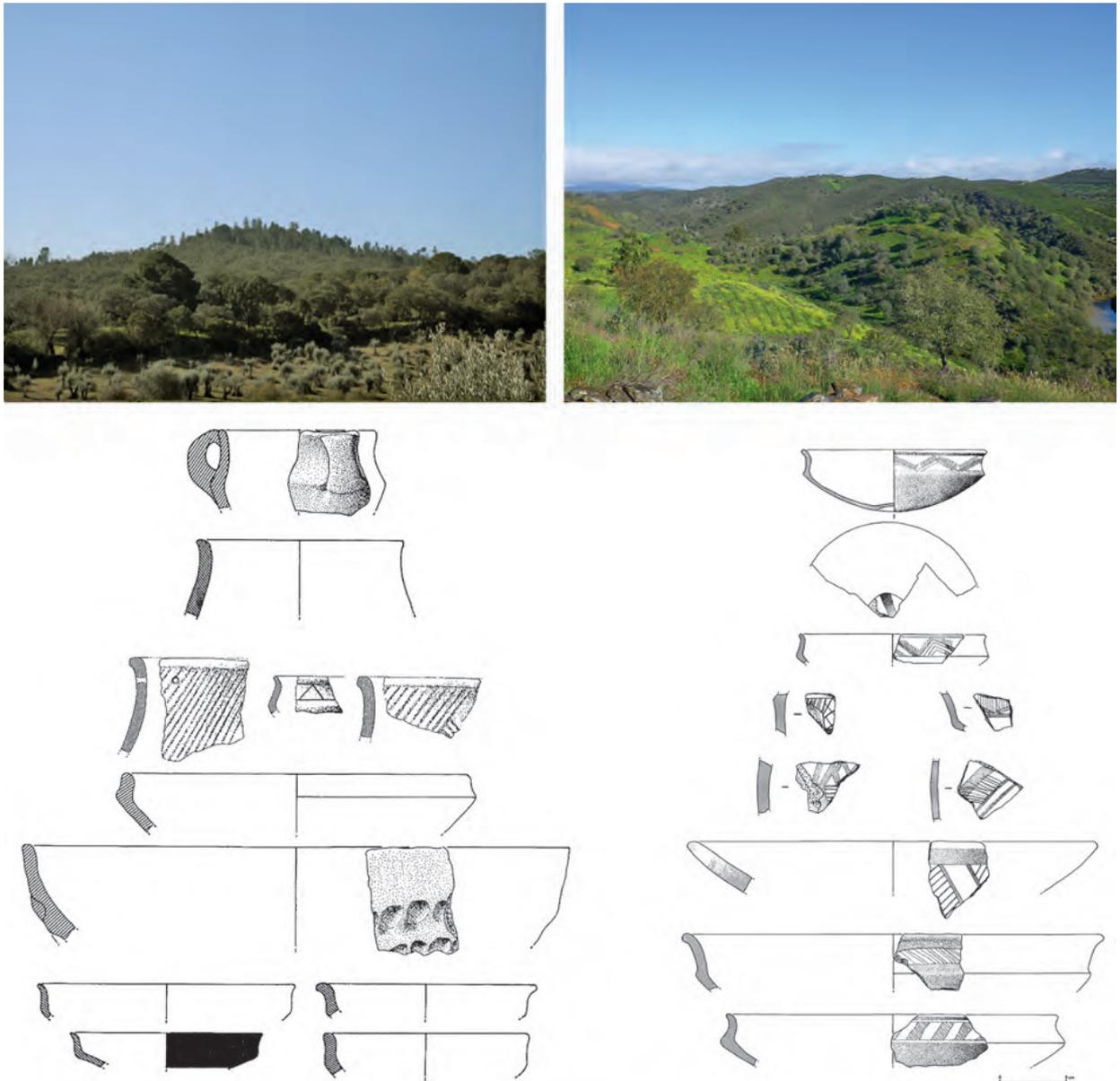


Fig. 14 - Conjunto cerâmico e vista de nascente do Castelo do Giraldo (à esquerda) (adaptado MATALOTO, 1999); vista de Sul do Castelo Velho do Lucefécit, com o Castelo Velho da Serra d'Ossa visível ao fundo à esquerda; cerâmicas decoradas com ornatos brunidos do Castelo Velho do Lucefécit (adaptado de CALADO, 1993).

povoados do Alto do Castelinho da Serra, Castelo do Giraldo, Coroa do Frade, Arraiolos, Castelo Velho do Lucefécit e Rocha do Vigio foram objecto de intervenções pontuais. Todos eles se implantam em cerros de média altura, dotados de alguma defensabilidade natural (Fig. 14), ainda que os dois últimos se encontrem no fundo do vale, com limitada visibilidade envolvente, controlando pontos-chave de marcada transformação paisagística, junto de relevantes linhas de água. O Castelo do Giraldo e a Rocha do Vigio apresentam áreas relativamente restritas, com menos de 1 ha, ao invés da Coroa do Frade que apresenta dimensões superiores a 2 ha. Este povoado, e aparentemente também o Castelo Velho do Lucefécit, constituem os únicos casos onde foi possível confirmar a presença de estruturas delimitadoras (ARNAUD, 1979; CALADO, 1994), no entanto, apenas para a Coroa do

Frade detemos uma caracterização mínima da mesma. Esta estrutura, que se crê envolver toda a área ocupada (ARNAUD, 1979, p. 60), foi apenas muito pontualmente registada. A muralha apresenta cerca de 2,70m de espessura, sendo construída em pequenas pedras, dispostas na horizontal, argamassadas com argila.

Observações recentes no terreno impõem algumas reservas ao levantamento do circuito amuralhado apresentando anteriormente, em particular no que diz respeito à designada segunda linha defensiva que, ao invés da estrutura sondada, bastante evidente no terreno, é apenas pontualmente perceptível; contudo, as evidências de ocupação do final da Idade do Bronze no exterior da fortificação, no lado Sul, são claras e expressivas, através da presença de abundante cerâmica e acumulações pétreas, eventualmente indiciadoras da presença de estruturas.

A robusta estrutura defensiva documentada por Afonso do Paço no Castelo do Giraldo (PAÇO & VENTURA, 1961) parece, no entanto, pertencer à ocupação medieval (ARNAUD, 1979, p. 60), o que não obsta a ter existido uma outra.

A presença de estruturas de delimitação, quer sejam defensivas ou meramente de aterro, podem ser facilmente vislumbradas em outras ocupações aparentemente coevas, integráveis neste modelo de ocupação, caso dos povoados do Pero Lobo (Alandroal), Carapeto (Alandroal/Elvas) ou São Gens (Reguengos de Monsaraz).

Na Rocha do Vigio, implantado sobre pequeno esporão rochoso, situado a escassos quilómetros a Sul de Monsaraz, próximo da foz da Ribeira do Álamo, e hoje submerso pela barragem de Alqueva, eram visíveis potentes taludes artificiais que rodeavam a pequena área ocupada. Sobre o talude do lado Poente foi aberta uma pequena sondagem⁴ que permitiu constatar que correspondia a um socalco construído em grandes blocos, dispostos em cutelo e na subhorizontal, que permitia ampliar a escassa área habitável disponível, aproveitando, parcialmente, uma clara descontinuidade topográfica natural já existente.

O Castelo de Arraiolos constitui outra destas ocupações em cerro destacado durante o Bronze Final. Esta ocupação foi inicialmente identificada por Afonso do Paço, tendo vindo a ser confirmada por recolhas de superfície e sondagens efectuadas por Gustavo Marques (materiais em depósito no MNA) (Fig. 16), reforçadas pelos resultados obtidos em trabalhos recentes (ALMEIDA *et al.*, 2012). Tal como acontece em povoados como as Martes (Redondo), Outeirão (Portel), Padrão (Estremoz), entre outros, em Arraiolos nunca foram detectadas ou observadas quaisquer estruturas de delimitação. A área de dispersão dos materiais da Idade do Bronze não é muito alargada, cingindo-se em grande medida à área da cerca medieval, superando ligeiramente 1 ha.

Nos últimos anos tem vindo a documentar-se uma importante rede de pequenas instalações localizadas em áreas aplanadas ou pequenas lombas, adjacentes a linhas de água e solos aptos para a agricultura. Deverão, em geral, corresponder a ocupações de cariz rural que poderão oscilar entre as pequenas instalações agrícolas de cariz familiar e pequenos aldeamentos dispersos, sem que possamos, contudo, excluir ocupações de grande extensão, para as quais não dispomos de dados. Este modelo de instalação já havia sido identificado anteriormente em diversos trabalhos de prospecção (CALADO E ROCHA, 1996-1997; CALADO, BARRADAS & MATALOTO, 1999), mostrando em certas áreas até alguma intensidade, contudo, os dados recolhidos eram usualmente bastante lacónicos. Nos últimos anos, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do plano de rega de Alqueva no Alentejo Central permitiu registar, de modo bastante mais sustentado, diversas destas ocupações de cariz aparentemente agrícola. Os diversos casos conhecidos situam-se no vale da Ribeira do Albardão, a sudeste de Évora, onde a implantação de tubagens lineares permitiu a identificação de quatro destas ocupações, em ambas as margens da Ribeira (Fig. 17). Os sítios do Casarão da Mesquita 3, o mais extensamente escavado e publicado (SANTOS *et al.*, 2008), o Casarão da Mesquita 4 (NUNES *et al.*, n.p.), o Monte da Cabida 3 (SOARES *et al.*, 2009) e

⁴ Este local foi sujeito a três curtas campanhas de escavação realizadas no âmbito do PMI de Alqueva, tendo a primeira sido efectuada por uma equipa liderada por Jorge Vilhena, e as restantes por uma equipa dirigida pelo Dr. Manuel Calado, na qual participei como arqueólogo.

ROCHA DO VIGIO 2
 (Reguengos de Monsaraz, Alentejo Central)
 Proposta de Faseamento
 Sondagem 3

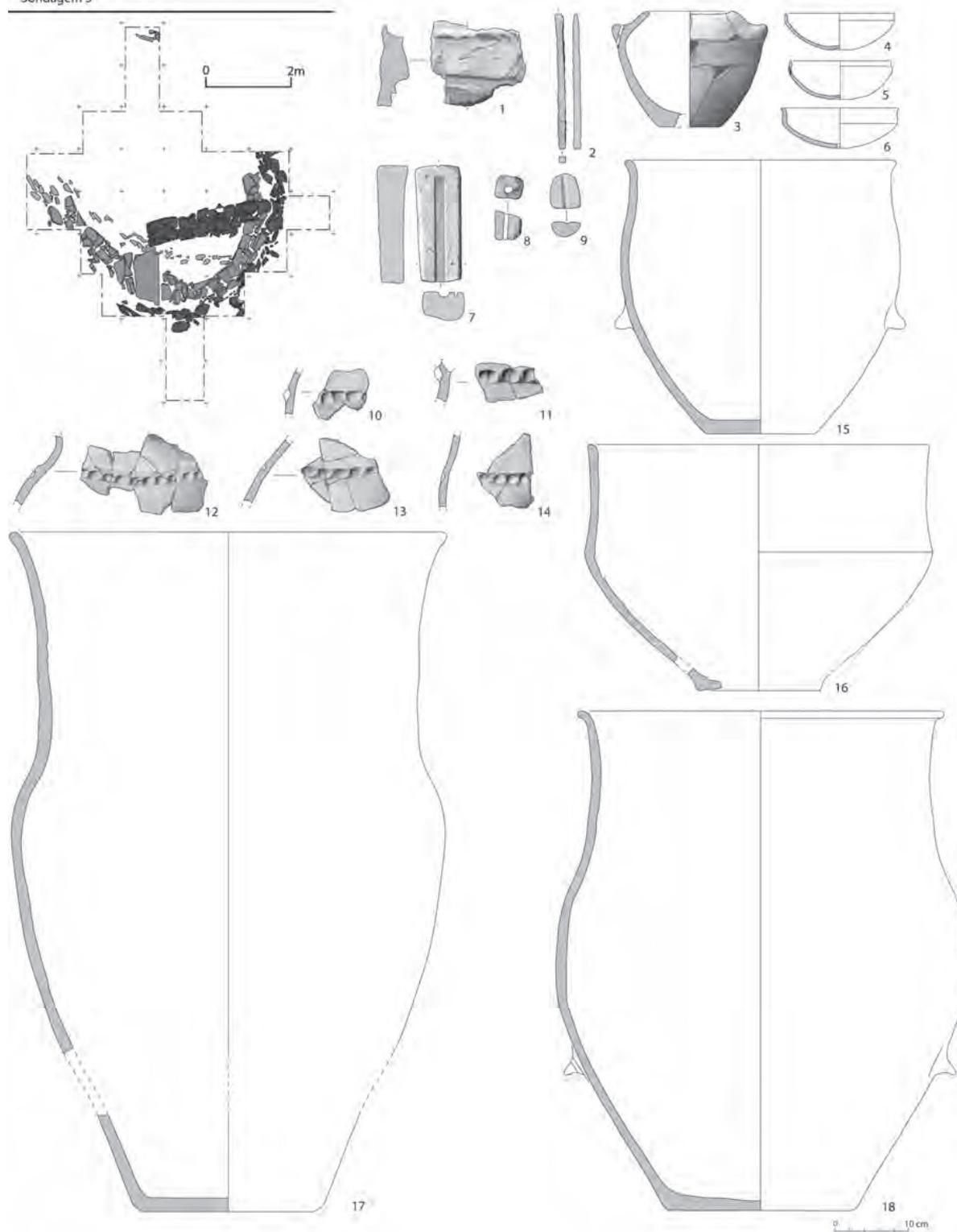


Fig. 15 – Planta e conjunto artefactual da Rocha do Vigio 2 (adaptado de CALADO, MATALOTO & ROCHA, 2007)

a Horta do Albardão 3 (SANTOS *et al.*, 2009) são ocupações caracterizadas pela sua implantação em ligeiras lombas, junto de bons terrenos agrícolas, com um número variável de estruturas negativas de tipo silo. Apesar das intervenções se terem desenrolado apenas em estritos corredores de cerca de 6m de largura, foi possível registar a presença de várias dezenas destas estruturas negativas de tipo silo nos dois primeiros que, na realidade, poderão corresponder apenas a uma ocupação (NUNES, *et al.*, n.p.). Estas estruturas, usualmente com mais de um metro de profundidade e perfil troncocónico, surgem, nos casos conhecidos, em interessantes concentrações de cerca de duas dezenas, separadas entre si dezenas de metros. Este facto permite levantar a hipótese destas aglomerações resultarem da sua associação a putativos espaços habitacionais existentes nas áreas vazias entre aquelas, tal como tem vindo a ser proposto para diversos sítios da Meseta (BLASCO BOSQUED, 2004, p. 364).

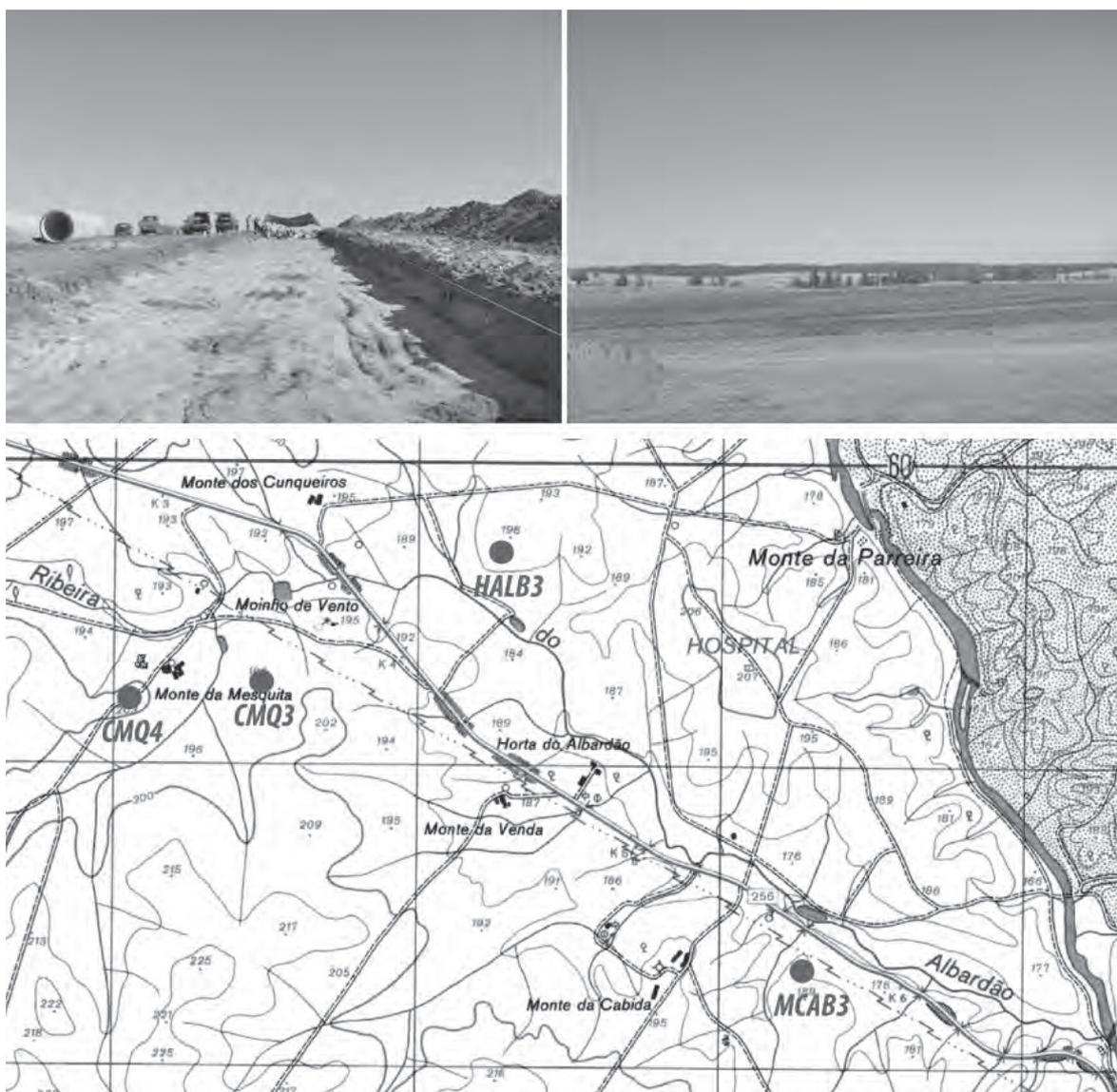


Fig. 17 - Povoamento da Idade do Bronze junto da Ribeira do Albardão: CMQ4 – Casarão da Mesquita 4; CMQ3 – Casarão da Mesquita 3; HALB3 – Horta do Albardão 3; MCAB3- Monte da Cabida 3. Fotos Casarão da Mesquita 3 em fase de escavação; vista para norte sobre o vale do Albardão.

Em geral, estas estruturas estão preenchidas por sequências estratigráficas pouco complexas, resultantes de enchimentos de cariz natural, a par da adução ocasional de alguma fauna e cerâmica, eventualmente decorrentes da rejeição de subprodutos das actividades domésticas. Entendemos estas estruturas negativas como verdadeiros silos, destinados à armazenagem, sazonal ou prolongada, dos produtos das colheitas, eventualmente cereais, que estariam na base da economia destes aglomerados. A existência, muito comum em território alentejano, das conhecidas “covas de pão” pelo menos até ao século XVII, altura em que foram substituídas pelos “Celeiros Comuns” (MARQUES, 1978, p. 111), atesta com clareza o uso regional de estruturas semelhantes às aqui documentadas, por vezes de dimensões bem superiores, para fins de armazenagem de cereais, sem necessidade de socorrer-nos de paralelos mais distantes. Esta forma de armazenagem teria sido bastante utilizada, permitindo usualmente uma conservação adequada dos cereais que, em alguns casos, podia atingir as dezenas de anos, como nos informa a documentação medieval onde se afirma ter Elvas “*o melhor coval que há no mundo pera teer pam, porque se tem em elle vinte e trinta anos sem nunca se dana por gorgulho nem per água ...*” (MARQUES, 1978, p. 118). Por outro lado, não deixa de ser relevante que, em sítios como o Casarão da Mesquita 3, os conjuntos cerâmicos sejam marcados por uma evidente escassez de grandes formas de armazenagem, como as documentadas no povoado da Rocha do Vigio (CALADO, MATALOTO & ROCHA, 2007, p. 137; MATALOTO, 2012, p. 205), o que poderá reforçar a função de armazenagem associada a estas estruturas. Este facto não obsta que outros usos, primários ou secundários, possam ser propostos para as mesmas.

As presenças funerárias são usuais, sem que possamos falar com propriedade da presença de necrópoles, à excepção, talvez, do Monte da Cabida 3, e por motivos que cremos de base cronológica. Efectivamente, é usual a presença de deposições funerárias dentro destas estruturas negativas, as quais comentaremos mais adiante.

Estas ocupações abertas são entendidas, usualmente, como de cariz sazonal, associadas a comunidades agrícolas móveis. Todavia, esta leitura surge-nos excessivamente linear, podendo deduzir-se uma realidade bastante mais complexa a partir dos conjuntos materiais. Por um lado, e a partir dos dados de radiocarbono, principalmente do Casarão da Mesquita 3, pode entender-se uma notável continuidade ou recorrência na ocupação deste sítio, aliada a uma efectiva organização do espaço, deduzida pela distribuição das estruturas que, como se menciona igualmente para o Casarão da Mesquita 4, raras vezes se seccionam, apesar de abertas numa área relativamente restrita. Este facto, mesmo que as análises cronológicas apontem para uma amortização efectiva das estruturas ao longo de um intervalo de tempo bastante longo, demonstra um conhecimento efectivo do espaço e da sua organização, muito para além da “memória” do mesmo. Por outro lado, desenvolvem-se actividades de cariz doméstico que não teriam lugar em ocupações de marcada sazonalidade, por serem justamente épocas de maior intensidade laboral, como nas sementeiras ou colheitas. Actividades que requerem mais tempo, como a tecelagem, não teriam grande propósito, por se enquadrarem melhor em períodos de menor intensidade agrícola, como após as colheitas. Já a metalurgia, bem atestada no Casarão da Mesquita 3 e 4 (Santos *et al.*, 2008; Nunes *et al.*, n.p.), ainda que requeira tempo e conhecimentos, é uma actividade que poderá associar-se por complementaridade à prática agrícola, principalmente na produção e reparação de artefactos, como os documentados machados planos, importantes eventualmente no abate de árvores para a ampliação das áreas de cultivo.

Ainda que, de modo algum, acreditemos que a presença de enterramentos dentro das estruturas negativas corresponda à constituição de verdadeiros espaços sepulcrais, é certa a deposição dos mortos, o que poderá demonstrar enraizamento e fixação ao local, através da tumulação dos antepassados, os quais são revisitados e reacondicionados, por vezes com a subtração e remobilização propositada de partes do indivíduo, quando as partes moles ainda se não haviam deteriorado por completo (SANTOS *et al.*, 2009; NUNES *et al.*, n.p.).

Perante estes dados, cremos que estas ocupações acabarão por acolher comunidades permanentes, dedicadas à gestão agrícola do território, o que não inviabiliza, de modo algum, dois aspectos: mobilidade logística, acompanhando a rotação das colheitas em ciclos alargados de tempo; movimentos pendulares de gentes, que aqui

afluíam em períodos curtos de maior intensidade de trabalho, como as colheitas, vindo reforçar os habitantes locais, tal como aconteceu em território alentejano até mecanização daquelas, já nos anos 60 do século XX.

A aglomeração pontual de fossas em áreas relativamente restritas, separadas dezenas, ou mesmo centenas, de metros como acontece no Casarão da Mesquita 3 e 4, poderá indicar que estamos perante uma verdadeira ocupação de fundo rural, a modo de aldeamento disperso, tal como se tem vindo a documentar para os inícios da Idade do Ferro na região (MATALOTO, 2004), dando a entender que a estruturação do território, e a emergência do campo, teria arrancado durante esta fase.

As malhas de povoamento que integram os diversos modelos de instalação aqui apresentados surgem-nos, nas áreas melhor caracterizadas, bastante intrincadas, no entanto, o factor Tempo é, ainda, bastante complexo de gerir, sem dispormos de bons contextos e de melhores e maiores sequências de radiocarbono.

O conjunto de datas disponível para os diversos modelos de instalação permite-nos constatar que, ao menos parcialmente, estes terão sido contemporâneos.

Neste momento dispomos de datas para as ocupações de Evoramonte (MATALOTO, *et al.*, 2013, neste volume), Casarão da Mesquita 3 (SANTOS *et al.*, 2008), Monte da Cabida 3 (SOARES *et al.*, 2009), Casarão da Mesquita 4 (NUNES *et al.*, np), Horta do Albardão 3 (SANTOS *et al.*, 2009) e Rocha do Vigio (MATALOTO, 2012, p. 202)⁵. Estes sítios integram-se, como se viu, nos diversos modelos de povoamento comentados acima, ficando patente, cremos, a possível contemporaneidade entre os vários modelos de instalação, na justa medida em que sítios de cumeada, como Evoramonte, ou de planície, como Casarão da Mesquita 3 e Monte da Cabida 3, abarcam toda a diacronia do final da Idade do Bronze.

O sítio da Rocha do Vigio deverá ter acompanhado o final da diacronia destas instalações, atendendo que as datas obtidas se centram no final do período, o que fica igualmente patente no conjunto artefactual, com rasgos de transição para o momento seguinte (MATALOTO, 2012) (Fig. 15).

O conjunto de dados cronológicos disponível, ainda que limitado, parece vir ao encontro de propostas anteriores, onde se propunha uma estruturação do povoamento do Bronze Final centro alentejano em redes organizadas (CALADO, 1993a; PARREIRA, 1995).

Recentemente defendemos que “*o Alentejo Central parece, então, ser marcado, ao menos desde os finais do segundo milénio a.C., por redes complexas de povoamento estruturadas em torno de grandes aglomerações populacionais que, organizadas em parcerias solidárias e interdependentes, coordenariam amplos territórios na envolvente das principais serranias.*” (MATALOTO, 2012, p. 207).

Os dados entretanto obtidos vieram, essencialmente, ao encontro desta possibilidade, especialmente do ponto de vista cronológico, ainda que seja conveniente alguma prudência, dada a escassez de datas, que poderá emascarar flutuações e oscilações nas dinâmicas ocupacionais impossíveis de detectar actualmente.

4 - ARQUITECTURA DOMÉSTICA E SUBSISTÊNCIA: ASPECTOS DO QUOTIDIANO

Se a estruturação interna dos povoados do final da Idade do Bronze no Alentejo Central nos escapa totalmente, os contextos domésticos das ocupações são também bastante mal conhecidos, atendendo à ausência de intervenções em extensão que entreguem restos preservados. Uma vez mais apelamos aos dados obtidos nas intervenções levadas a efeito no Castro do Ratinhos, situado junto ao Guadiana, na margem oposta ao Alentejo Central, mas perfeitamente integrado nas dinâmicas regionais do final da Idade do Bronze (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 244).

⁵ Ver datas e respectivas calibrações em Mataloto et al., 2013, neste volume.

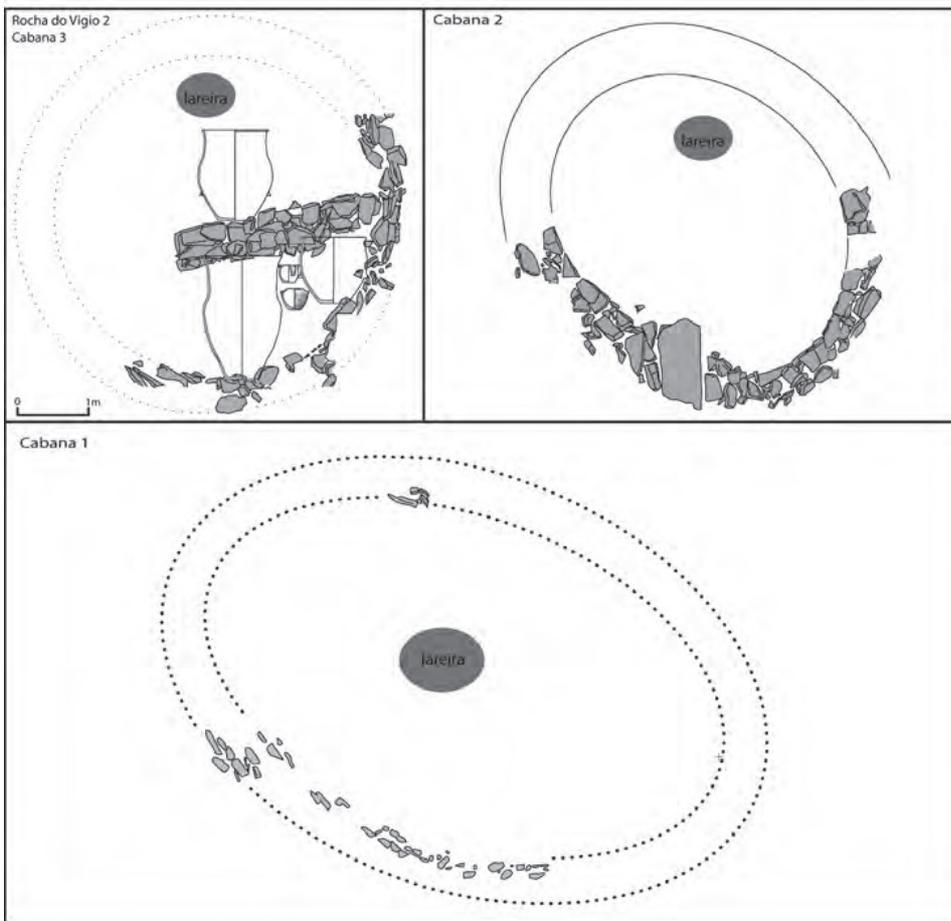


Fig. 18 – Vista geral e planta das cabanas da Rocha do Vigio 2.

Neste povoado foi documentada, no topo da elevação, na designada “acrópole”, uma sequência de amplas cabanas de planta circular e elipsoidal construídas em materiais perecíveis ou terra, que se substituem no tempo. A construção destas cabanas recorre a duas técnicas distintas, uma com muro de lajes de xisto na horizontal, argamassada com argila, desenvolvendo-se em altura provavelmente em terra; a outra utiliza alicerces abertos no substrato rochoso, com lajes de xisto dispostas em cutelo, que se desenvolvem em altura em materiais perecíveis, eventualmente recobertos por barro. As estruturas mais recentes apresentam áreas amplas, com cerca de 80m², deixando entre si espaços abertos, que poderiam indiciar a presença de espaços públicos de circulação, ainda que na área intervencionada a sua natureza não seja absolutamente clara. As cabanas mais antigas surgem menos robustas e, em geral, de menores dimensões, com 70 a 30 m².

O modo como estas estruturas se vão substituindo no tempo, entrecortando-se sucessivamente através da abertura dos alicerces, sem permitir uma forte acumulação estratigráfica, indica a parca durabilidade das estruturas e a sua construção em materiais perecíveis, principalmente das mais antigas, que deixariam pouco rasto e volume (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 244). Todavia, estas cabanas representam, sem dúvida, o que deveria ser a norma do espaço doméstico durante a Idade do Bronze no Sul peninsular (v. os múltiplos exemplos citados por estes autores, BERROCAL & SILVA, 2010, p. 252 e ss). Mesmo atendendo à dimensão não cremos que iniciem, ao invés do proposto por estes investigadores, com clareza, qualquer tipo de diferenciação de cariz hierárquico, o que não obsta, como os próprios autores apontam, que possam ter desempenhado funções sociais de índole gregário, atendendo à sua dimensão, e à proximidade do designado templo, aparentemente contemporâneo (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 252). O único argumento que se pode esgrimir neste sentido, além da sua localização no topo, é a dimensão, já que a técnica de construção dificilmente poderia ser usada nesse sentido, dada a sua utilização em povoados menores da região, de comprovada cronologia semelhante, caso da Rocha do Vigio, como veremos. Para o final da Idade do Bronze têm vindo a ser dadas a conhecer, um pouco por toda a realidade peninsular, grandes cabanas, em geral construídas em materiais perecíveis, é certo, mas que atingem dimensões semelhantes, ou largamente superiores, estreitando ligações com contextos extra-peninsulares (AGUSTÍ *et al.*, 2012, p. 128). Deste modo, e ainda que reconheçamos que a média da superfície das cabanas conhecidas é, em geral, inferior (10-40m²) (AGUSTÍ *et al.*, 2012, p. 128), cremos bastante complexo assegurar a diferenciação social destes espaços apenas tendo por base a sua dimensão.

Ou seja, até prova em contrário, no Castro dos Ratinhos, e ao invés do que eventualmente poderá ter sucedido em momentos imediatamente posteriores, para um momento final da Idade do Bronze não se conhece uma arquitectura diferenciada, de foro doméstico ou mesmo outro, emanando uma imagem de grande proximidade entre os diversos contextos conhecidos.

No território centro alentejano, apenas o sítio da Rocha do Vigio 2 proporcionou um conjunto de dados significativo, documentando um momento imediatamente anterior às grandes transformações que se fizeram sentir após a interacção e presença do mundo colonial fenício (CALADO, MATALOTO & ROCHA, 2007; MATALOTO, 2009) (Fig.15).

A Rocha do Vigio implanta-se, como se mencionou acima, num pequeno esporão rochoso, de vertentes declivosas, dispersando-se a ocupação por pequenas plataformas em torno de uma área central, de maiores dimensões.

A intervenção levada a efeito permitiu registar uma única ocupação associada a diversas estruturas de planta ovalada sobrepostas, para além de um edifício complexo, de planta quadrangular que, por se enquadrar, provavelmente, em momentos posteriores ao período aqui em debate, não comentaremos.

Para a última ocupação, associada ao abandono de uma cabana de planta subcircular, obteve-se uma datação de ¹⁴C (Wk 18496 : 2645 ± 33 BP) já mencionada, que a situa entre o final do séc. X e o início do século VIII a.C.

As estruturas de planta ovalada aqui identificadas correspondem a três cabanas sobrepostas (Fig. 18), registadas aproximadamente em metade da sua extensão, encontrando-se associadas a uma estratigrafia pouco espessa,

indiciadora, mais uma vez, da utilização preferencial de materiais perecíveis, ainda que, como veremos, a própria técnica construtiva se tenha transformado ao longo da sucessão das ocupações. Estas encontravam-se na margem Poente da plataforma central, parcialmente sobre o talude artificial que rodeava a área ocupada. Na margem oposta da plataforma efectuou-se uma pequena vala de sondagem que apenas documentou a presença de ocupação, eventualmente de cariz habitacional, atendendo à presença de um solo de lareira em barro cozido. A sobreposição destas cabanas, associada a uma área reduzida, ampliada artificialmente, poderá estar a indicar um elevado índice de ocupação do solo.

A primeira cabana, a menos bem documentada, encontrava-se marcada por uma linha de pequenas lajes de xisto, dispostas em cutelo, reforçando, aparentemente, o embasamento de uma possível componente aérea em materiais perecíveis. Atendendo ao índice de curvatura da estrutura registada esta deveria corresponder à maior de todas as cabanas documentadas, com uma área interna que se deveria aproximar, com algumas reservas, aos 25 m². No interior, em posição aproximadamente central, detectou-se uma grande lareira de placa de argila. Não foi documentado qualquer buraco de poste em posição central, ou não, indicando provavelmente a existência de uma cobertura autoportante, sustentada apenas nas paredes, atendendo à reduzida dimensão do vão a cobrir, tal como deve ter sucedido nas cabanas seguintes, onde a mesma ausência foi notada (Fig. 18).

Sobre a cabana anterior, que deixou uma expressão estratigráfica mínima, edificou-se uma nova cabana, seguindo uma técnica de construção totalmente distinta, apresentando um muro de embasamento, com cerca de 0,45m de espessura e cerca de 0,25 m de altura conservada, de planta aproximadamente ovalada, realizado em pedras de xisto, dispostas na horizontal, constando de uma área sensivelmente menor que aquela, agora em torno dos 13 m². Tal como na cabana anterior, foi detectada uma lareira sobre leito de fragmentos cerâmicos, mas agora, atendendo à reconstituição proposta, localizada não no centro do espaço habitado, mas junto de uma área lateral. A presença de uma grande laje de xisto, que claramente extravasava os limites dos muros da cabana, poderá estar a indicar-nos a presença de um vão aberto a Sul (Fig. 18). Esta cabana assemelha-se, em termos construtivos, às duas estruturas de planta circular documentadas na “acrópole” do Castro dos Ratinhos, apesar de apresentar uma dimensão bastante menor (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 247).

A última estrutura edificada vem aproveitar parte da anterior como reforço do embasamento, adossando-lhe grandes lajes dispostas em cutelo, que deveriam sustentar uma estrutura de materiais perecíveis (postes e ramagens entrelaçadas) que se desenvolveria em altura, e se encontraria, ao menos pelo interior, revestida a barro, de que se documentaram os derrubes ruborescidos. Estes apresentavam as marcas em negativo da estrutura em materiais perecíveis, que utilizava uma diversidade de ramagens e troncos, de espessuras diversas, associados a tabuões, com cerca de 5 a 7 cm de largura (Fig. 15, 1), os quais surgiam, por vezes, dispostos perpendicularmente entre si, demonstrando uma intrincada estrutura em madeira (BRUNO, 2010, p. 170). O barro revestia posteriormente estas estruturas, sendo toscamente alisado, como ficou patente em diversos fragmentos nos quais se notavam as marcas digitais deixadas por esta acção. A cabana apresentava uma planta subcircular, de dimensões semelhantes à anterior, encontrando-se segmentada por um murete linear, que deveria corresponder a um poial de arrumação, atendendo a que, de um e outro lado, se encontraram grandes vasos de armazenagem tombados sobre o chão (Fig. 18).

Este detalhe pode, eventualmente, articular-se com uma necessidade de compartimentação da área coberta, denunciando o arranque do processo de segmentação do espaço habitado que se tornará patente no momento imediatamente posterior. Apresentava igualmente uma grande lareira sobre leito de fragmentos cerâmicos, deslocada possivelmente para junto da parede da cabana.

A técnica de construção do próprio murete, de lajes na horizontal, é ela mesmo uma novidade, seguindo uma técnica ausente na primeira cabana, mas desenvolvida na segunda, curiosamente a de menores dimensões, eventualmente derivado de dificuldades técnicas, que impuseram o abandono da cabana e da própria técnica construtiva.

Esta cabana apresentava, ao invés das anteriores, uma planta aparentemente circular com cerca de 16m², acompanhando a tendência para a edificação de plantas circulares em momentos avançados da Idade do Bronze registada no Castro do Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 249).

A cabana mais recente da Rocha do Vigio 2 representa, então, o que deveria ser um contexto doméstico típico do final da Idade do Bronze na região, com a presença de uma área de armazenagem de produtos variados, atendendo à existência de diferentes grandes contentores, com uma lareira no espaço mais interior, oposto ao putativo vão de entrada. Na cabana guardavam-se, também, elementos relacionados com a metalurgia, uma das actividades documentadas no povoado, atendendo à presença de uma das partes de um molde bivalve para escopros, dos quais se registou também um exemplar em ferro (Fig. 15, 7 e 8). A reduzida dimensão destas unidades habitacionais aponta para o seu uso por grupos de pequena dimensão, de base familiar ou não, afastando-se claramente das *longue houses* que têm vindo a ser documentadas no interior da península em cronologias afins (AGUSTÍ *et al.*, 2012). Este facto poderá estar a indiciar o início de um processo de segmentação dos grupos e do espaço habitado que se tornará bastante mais notório na arquitectura rural dos inícios da Idade do Ferro da região, virada essencialmente para a criação de núcleos produtivos de base familiar restrita (MATALOTO, 2004).

A sequência de abandono e sobreposição destas cabanas indicia a debilidade construtiva destas edificações, podendo igualmente indicar a presença temporária de comunidades dedicadas a actividades específicas, neste caso possivelmente a metalurgia. Todavia, é certo que o investimento inicial de alargamento da área habitável através da construção de plataformas artificiais implica uma visão de uso a longo prazo, que não é incompatível com a sua utilização temporária em períodos sazonais. Por outro lado, esta sequência construtiva documenta, igualmente, a evolução das técnicas construtivas que lentamente, no início do segundo quartel do Iº milénio aC, irão desembocar numa total revolução da concepção e uso do espaço habitacional no Sul do território actualmente português, como se pode documentar em diversos sítios rurais da região centro alentejana (MATALOTO, 2004, 2009).

Os dados disponíveis para outros locais, como Evoramonte, são, infelizmente, bem menos expressivos sobre as realidades habitacionais da Idade do Bronze. Todavia, e para momentos relativamente recuados do Bronze Final, em torno do século XV – inícios do século XIII a.C., datados pelo radiocarbono (Fig. 19), foi possível verificar a presença de técnicas construtivas relativamente elementares, baseadas na edificação de estruturas em postes de madeira fincados no solo, em buracos de poste estruturados ou simplesmente abertos no substrato, em conjuga-

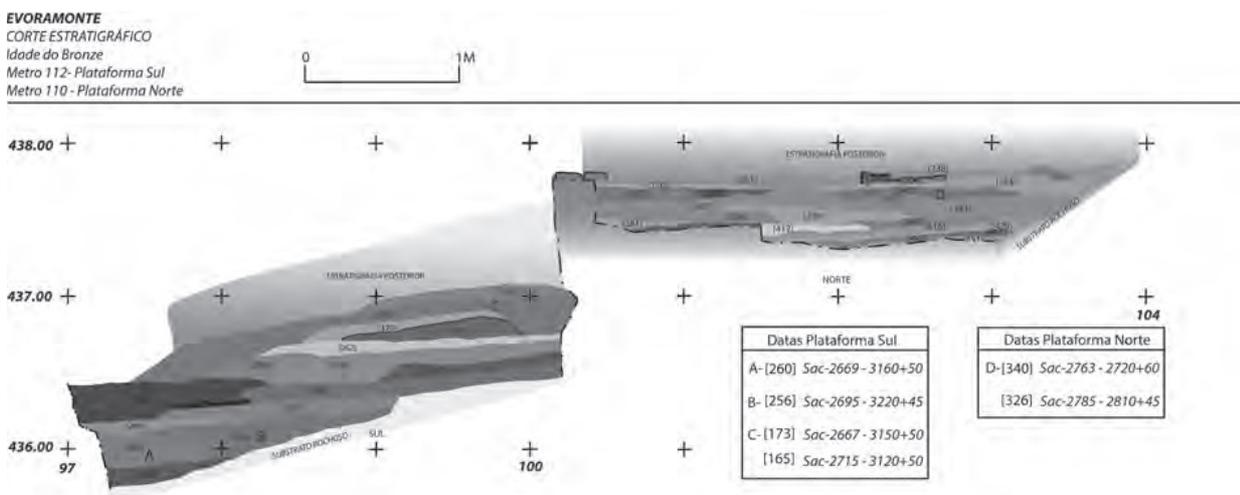


Fig. 19 – Perfil estratigráfico da ocupação da Idade do Bronze de Evoramonte com indicação da origem das datações radiocarbono obtidas.

ção com paredes erguidas em terra, ou materiais perecíveis (Fig. 4). Numa fase igualmente recuada foi documentada uma pequena estrutura de lajes na horizontal, cuja funcionalidade desconhecemos. Não deixa de ser bastante elucidativo da diversidade construtiva destas técnicas elementares o facto de, ao invés do que acontece na Rocha do Vigio, um potente derrube de barro cozido, [173], não apresentar marcas evidentes dos suportes vegetais em negativo, podendo indiciar que estamos perante estruturas erguidas principalmente em terra. Em momentos aparentemente posteriores documentou-se o embasamento de outra estrutura com planta subcircular, [438], composta por lajes de xisto dispostas em cutelo, e dois fragmentos de mó em granito, sobre alicerce parcialmente aberto no substrato rochoso (Fig. 4). Em estratos posteriores a esta, aos quais se pode associar uma cronologia já dentro do primeiro quartel do I milénio a.C. ([340]-Sac-2763-2720±60 BP; [326]-Sac-2784-2810±45 BP), foi possível registar a proliferação de buracos de poste estruturados, a par de diversos solos de lareira, amortizados em diferentes momentos (Fig. 4). Os processos de abandono e reconstrução destas estruturas são ainda difíceis de caracterizar, contudo, fica claro que em nenhuma situação se verificou um incêndio que implicasse o derrube de barro cozido como o verificado em momentos anteriores da estratigrafia. O elevado ritmo de abandono ou reconstrução estrutural indicado pela adição e subtracção de buracos de poste ao longo da estratigrafia pode estar a alertar-nos, uma vez mais, para a fragilidade construtiva, eventualmente derivada da mobilidade, mesmo que temporária, dos grupos que ocupavam o cabeço de Evoramonte, o qual mostra, todavia, uma sequência aparentemente contínua de ocupação, como de viu, pelo menos desde meados do II milénio a.C. até ao final do primeiro quartel do I milénio a.C..

Esta arquitectura em materiais perecíveis, baseada na construção sustentada em elementos verticais de madeira, parece ser bastante usual e transversal a este período, tendo-se documentado também a sua presença no sítio de Cocos 12, onde se registou mais de uma dezena de buracos de poste estruturados e alinhados (CALADO, MATALOTO & ROCHA, 2007, p. 140). No povoado de São Gens, claramente de transição para a Idade do Ferro, onde se documentam as mais antigas importações de cerâmica a torno da região, algures em meados do século VII a.C., a realidade edificada parece ser ainda dominada por estas estruturas em materiais perecíveis, surgindo os primeiros e frustes muretes, tal como na Rocha do Vigio (Fig. 11). Todavia, pouco depois, algures pelos finais desse século, ou inícios do século VI a.C., dá-se uma profunda revolução dos métodos de construção e de estruturação do espaço, como fica bem patente na complexidade atingida pela primeira fase do conjunto edificado do Espinhaço de Cão, junto ao Guadiana (MATALOTO, 2009, p. 286).

Os dados disponíveis para a estrutura produtiva do Alentejo Central durante o final da Idade do Bronze são escassos, para não dizer nulos. Efectivamente há um enorme desconhecimento sobre a base económica da sociedade, todavia, cremos que deverá ser, como não poderia deixar de acontecer em sociedades pré-industriais, baseada na produção agrícola e ganadeira, aproveitando igualmente os diversos recursos naturais, como a caça e recollecção, ou a própria produção metalúrgica, como se verá. É provável que a estrutura produtiva tivesse uma base organizativa em grande medida familiar alargada, coordenada depois ao nível da comunidade em que se inseriam. Como se viu no Casarão da Mesquita 3 (SANTOS *et al.*, 2008), a estruturação do espaço de armazenagem indiciada pela concentração de silos em pequenos grupos espaçados pode estar a apontar justamente nesse sentido, como foi proposto para ocupações semelhantes na Meseta (BLASCO BOSQUED, 2004, p. 364).

Por outro lado, os recentes dados de Huelva parecem apontar para uma grande complexidade estrutural e organizativa do campo em momentos recuados do I milénio a.C. (VERA, 2012).

Para além dos grupos de silos, que associamos essencialmente à armazenagem da produção cerealífera, estão completamente ausentes do nosso território, até ao momento, as grandes estruturas de armazenagem, conhecidas no Sul peninsular desde momentos recuados da Idade do Bronze, caso dos silos aéreos circulares de Fuente Álamo (SCHUBART, PINGEL & ARTEAGA, 2000, p. 71) ou o bem mais próximo celeiro de Alange, enquadrado pelos finais da primeira metade do II milénio aC (DUQUE ESPINO *et al.*, 2009, p. 288; PAVÓN *et al.*, 2010,

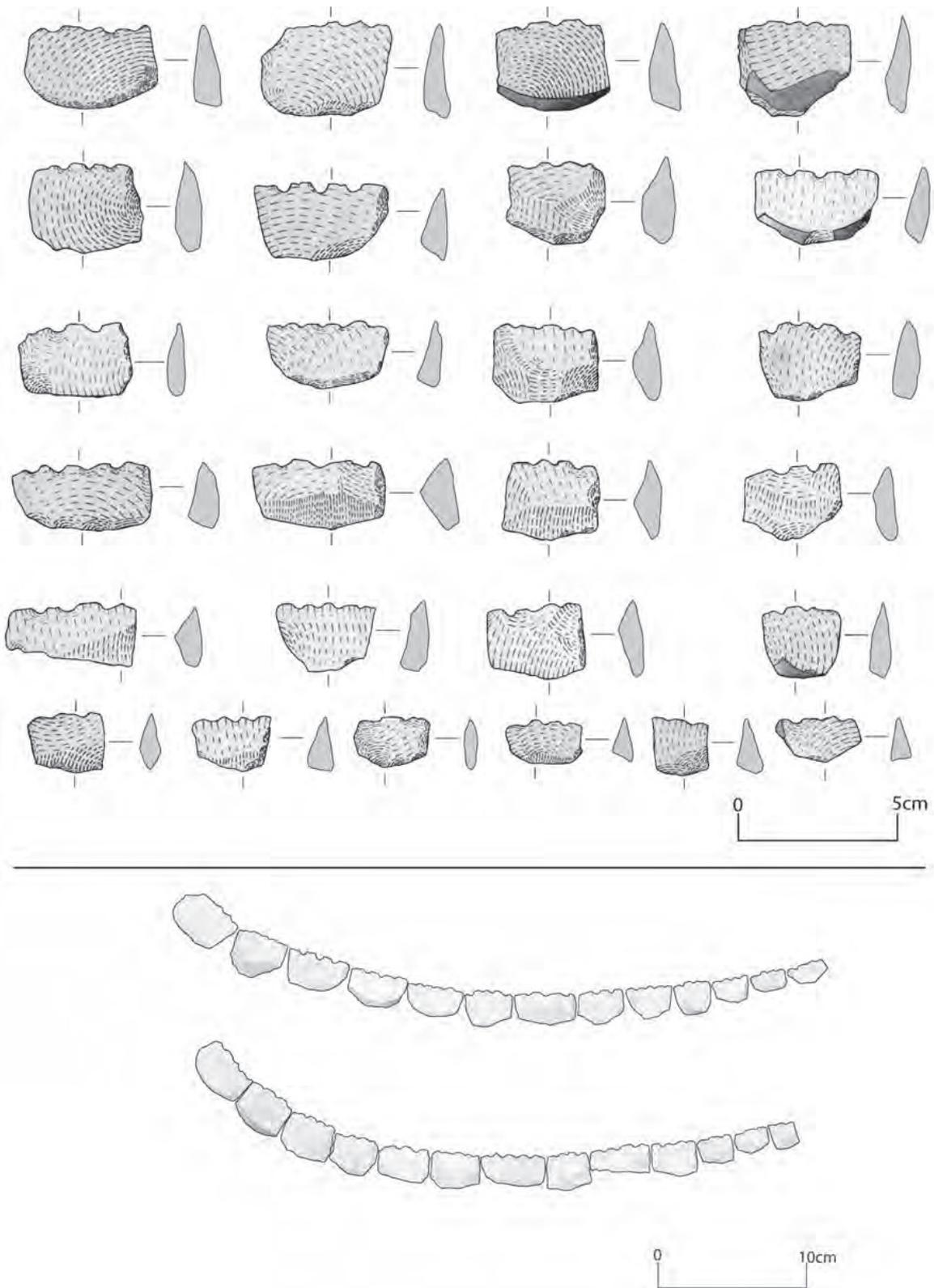


Fig. 20 - Conjunto de elementos de foice denticulados da unidade [173] de Evoramonte. Proposta de reconstituição de 2 foices com o total de elementos recolhidos em conjunto (desenhos: C. Roque).

p. 446). Estas estruturas de armazenagem, de sentido comunitário, podendo estar presentes nos grandes povoados de altura da região, estariam de certo modo destinadas a conservar e redistribuir a produção pela comunidade, que acumularia a sua parte em grandes vasos como os documentados na cabana mais recente da Rocha do Vigio. A interligação entre estes putativos armazéns situados nos grandes povoados de altura e as produções armazenadas nos silos das ocupações de planície é mais complexa de averiguar, não tendo que ser absolutamente dependente ou tributária, podendo tratar-se das mesmas populações, que deslocavam sazonalmente uma parte do grupo para as colheitas, como mencionámos acima.

As evidências de cereais são escassas, contudo, estão claramente documentadas em território centro alentejano no povoado do Alto do Castelhinho da Serra em níveis do final da Idade do Bronze (GIBSON *et al.*, 1998, p. 222). Neste período são igualmente frequentes na região os elementos denticulados de foice em quartzito, os quais estão presentes tanto em povoados de altura, caso de Evoramonte, como de planície, caso do Casarão da Mesquita 3 (SANTOS *et al.*, 2008, p. 74) ou Monte do Outeiro (MATALOTO, 2012, 207); cremos ser de enfatizar a ausência de foices metálicas em território centro alentejano. Neste particular parece-nos de realçar a presença de um conjunto de 26 denticulados em quartzito documentados em Evoramonte, na unidade [173] (Fig. 20), correspondente ao derrube de barro de uma cabana, da qual se obteve a data Sac-2667 (3150±50 BP), situada entre finais do século XVI e finais do século XIV a.C. (MATALOTO *et al.*, 2013, neste volume). Este conjunto poderá corresponder à presença de, eventualmente, duas foices ou mesmo uma gadanha, que poderíamos de algum modo associar às colheitas de cereal, ainda que nos faltem estudos traceológicos. Os múltiplos moventes e grandes dormentes de tipo sela estão presentes em quase todos estes povoados, podendo apontar igualmente para uma agricultura fortemente virada para a produção e consumo de cereais, ainda que não seja absolutamente obrigatório.

A produção têxtil parece ter desempenhado um papel relevante na economia e comércio como bens de prestígio no contexto centro e norte europeu da Idade do Bronze, o que pode indiciar a especialização produtiva de algumas regiões (EARLE & KRISTIANSEN, 2010, p. 225). Todavia, os escassos indícios, essencialmente indirectos, da produção têxtil no território centro alentejano, mas igualmente do sudoeste peninsular, deixam escassa margem a considerandos que vão além da sua existência, a qual, mesmo sem indícios, poderia ser intuita. Assim, cremos que a produção têxtil seria, tal como as restantes actividades produtivas, dominada por um fabrico doméstico essencialmente para autoconsumo, sem que se possa documentar qualquer forma de especialização, o que não obsta a uma produção excedentária pontual, para trocas. A análise das séries faunísticas para a Idade do Bronze são praticamente inexistentes, não permitindo entrever uma exploração dos rebanhos orientada para a produção de lã. Por outro lado, os poucos tecidos conhecidos até hoje para a Idade do Bronze, mesmo a nível peninsular, apontam essencialmente para a tecelagem de fibras vegetais, principalmente linho (HARDING, 2000, p. 265), mais que de fibras animais. No território centro alentejano os pesos de tear, que deveriam funcionar como tal em teares verticais, atendendo à sua grande dimensão, são essencialmente de dois tipos: circulares com perfuração central, como os documentados em Evoramonte (Fig. 8) e no Casarão da Mesquita 3 (SANTOS *et al.*, 2008, p. 73), que se integram em tipologias conhecidas no Sul peninsular, apesar de na área argárica surgirem essencialmente com dupla perfuração descentrada (CONTRERAS CORTÉS & CAMARA SERRANO, 2000, p. 129; LÓPEZ MIRA, 2009, p. 145), ou mesmo no contexto europeu (HARDING, 2000, p. 259); o outro tipo é em lúnula, com perfuração em cada topo, estando documentados no Castelo Velho da Serra d'Ossa (CALADO & ROCHA, 1996, p. 53), Martes (CALADO & ROCHA, 1996, p. 49) ou São Gens (MATALOTO, 2004, p. 150) (v. Fig. 21), parecendo este tipo concentrar-se essencialmente na região da serra d'Ossa. A diferença entre ambos poderá associar-se a distintas tradições e técnicas de tecelagem ou, eventualmente, à obtenção de distintos produtos finais. No entanto, ambos os tipos, apesar das diferenças fulcrais, nomeadamente a presença de uma e duas perfurações, respectivamente, deverão apresentar pesos semelhantes, indiciando funções similares de tensão dos fios.

A actividade metalúrgica terá sido outra componente da estrutura produtiva destas comunidades, encontrando-se associada, cremos, a um modo de produção essencialmente doméstico e pouco especializado, que se documenta numa diversidade de ocupações, sem preocupação de concentração e controlo produtivo. Esta produção estaria vocacionada essencialmente para um consumo local, bem longe, portanto, da emergência de uma “metal-based economy” proposta para amplas regiões do centro e norte europeu (EARLE & KRISTIANSEN, 2010, p. 219). Este modelo de produção atomizado parece acompanhar o documentado na Beira Baixa, o que não inviabiliza, tal como se verificou nessa região, que existam pequenas diferenças produtivas entre as diversas ocupações (VILAÇA, 1995, p. 415).

Os artefactos metálicos em bronze são muito mal conhecidos no território centro alentejano resultando, essencialmente, de achados fortuitos, descontextualizados, muitas vezes de origem desconhecida e estando aparentemente dominados por formas simples, como os machados planos (MONTEAGUDO, 1977). Contudo, os vestígios de práticas metalúrgicas têm vindo a surgir com frequência nas diversas intervenções e prospecções levadas a efeito em povoados da Idade do Bronze da região, com particular destaque para o povoado aberto do Casarão da Mesquita 3, onde todas as fases do processo produtivo foram documentadas (SANTOS *et al.*, 2008, p. 75), tendo-se registado a presença de um molde para produção de machados planos. Os dados deste sítio, a par dos recolhidos em ocupações certamente temporárias, como no sítio de Entre Águas 5 (REBELO *et al.*, 2009), no Baixo Alentejo, em plena margem esquerda do Guadiana, deixam entrever uma produção metalúrgica dispersa inclusivamente pelas ocupações mais modestas, de base aparentemente produtiva, e associadas a pequenos grupos humanos vocacionados para a exploração agrícola, sendo a actividade metalúrgica certamente complementar a esta.

A produção metalúrgica encontra-se documentada na região também em outras pequenas ocupações de características distintas das anteriores, como a Rocha do Vigio, onde se terão produzido escopros (Fig. 17, 7), atendendo à presença de um molde bivalve, numa altura em que já dispunham de um destes artefactos em ferro (Fig. 15, 2), também documentado na cabana mais recente do sítio. A presença de um ventilador de secção quadrangular evidencia a rápida chegada, dentro do século IX a.C., de novas tecnologias metalúrgicas, e eventualmente do ferro, mesmo a sítios de pequena dimensão, na justa medida em que este modelo de ventiladores se dissemina, no contexto peninsular, após o contacto com o Mundo colonial fenício (RENZI, 2007, p. 175).

Nos povoados de maior dimensão, de cumeada e altura, a metalurgia encontra-se atestada de modo indirecto, através da presença de moldes, como acontece no povoado do Castelo Velho da Serra d'Ossa e nas Martes. Neste último, além de um molde múltiplo, triplo ou quádruplo (Fig. 21, 6), provavelmente associado à produção de machados planos e outras peças alongadas, uma delas com estrias convergentes, documentaram-se também três asas de cadinho de fundição, com pega de alvado de secção quadrangular (Fig. 21, 7 e 8), semelhantes às recolhidas no povoado do Bronze Final de Entre Águas (Serpa) (REBELO *et al.*, 2010, p. 467), ou em realidades contemporâneas mais distantes, como o povoado de Camas (Madrid) (URBINA *et al.*, 2007, p. 74). No povoado da Coroa do Frade foi igualmente identificado um molde múltiplo, para fundir uma gama variada de artefactos, entre os quais uma espada (ARNAUD, 1979, p. 67), tendo-se documentado recentemente um outro molde de espada no Castro do Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 311).

A presença destes moldes indicia uma produção metalúrgica mais diversa e difundida do que os achados metálicos deixavam entrever, dada a sua escassez na região, assegurando uma produção essencialmente local e de autoconsumo que, todavia, não inviabilizava a produção de artefactos de maior exigência técnica, como as espadas. Este facto não implica que as mesmas fossem produzidas em todos os sítios, estando provavelmente associada a áreas e ocupações de maior complexidade social, como os dois povoados mencionados da Coroa do Frade e Ratinhos. Nestes casos não seria inviável existir um artesão de maior habilidade e conhecimentos, integrado em redes de trocas por onde circulavam a larga distância os modelos desses artefactos, como se documenta na

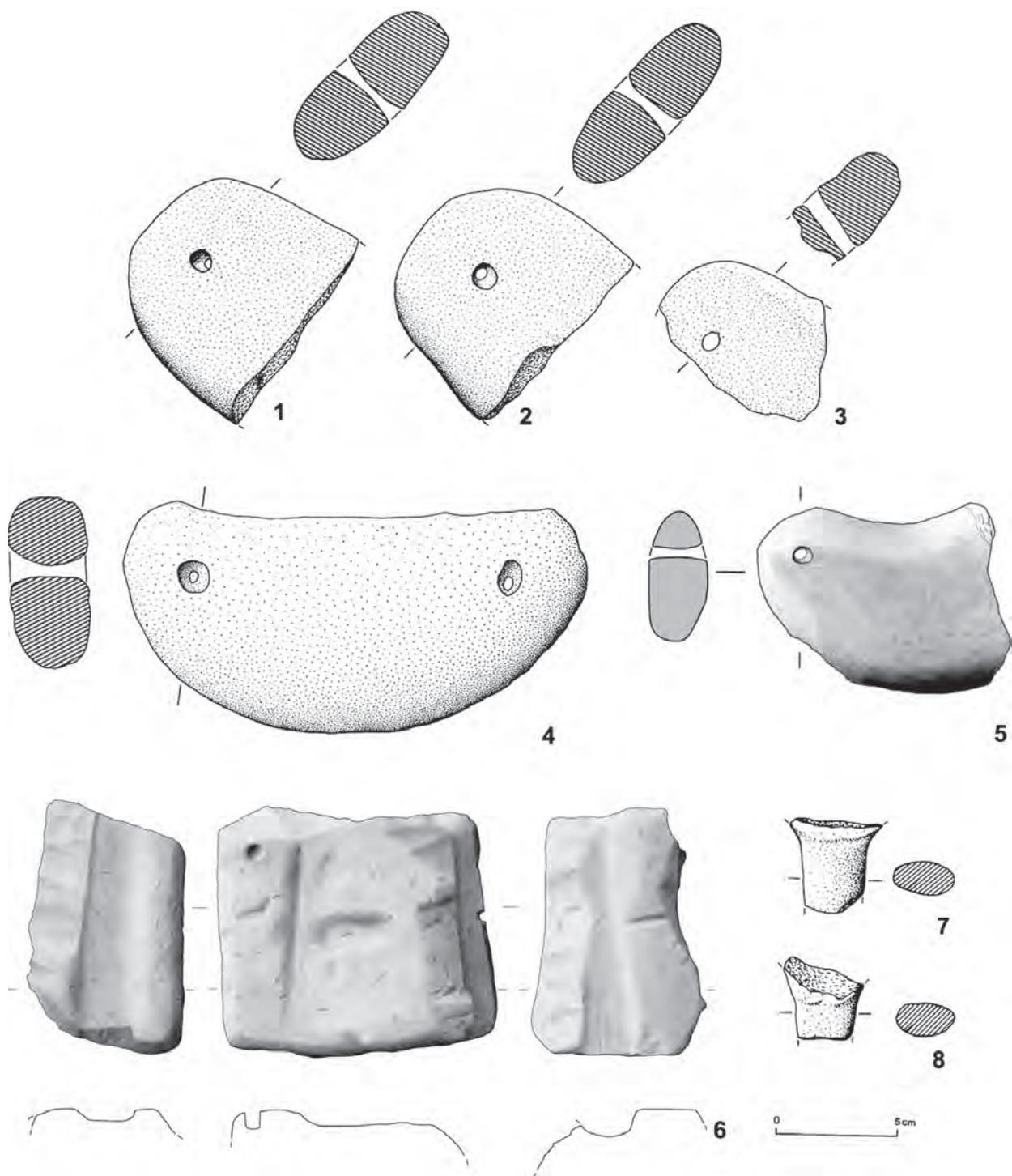


Fig. 21 – Conjunto de Pesos de tear de Martes (1-3), Castelo Velho da Serra d'Ossa (4) e São Gens (5): molde triplo e cadinhos de pega lateral de alvado de Martes (6-8) (seg. CALADO & ROCHA, 1996/1997)

“cabana metalúrgica” de Peña Negra, na região de Alicante (GONZÁLEZ PRATS, 1992). Todavia, já vemos com mais dificuldade a existência de artífices especializados dedicados a uma produção intensa e contínua na nossa região, para a qual faltam por completo indícios.

Neste sentido, e num território onde o minério de cobre é relativamente frequente, é relevante assinalar a ausência de verdadeiros povoados metalúrgicos, o que se coaduna bem com uma produção atomizada e dispersa, como se mencionou acima. No entanto, tal não significa que não existam ocupações claramente associadas a áreas de exploração mineira. Neste caso, resta lembrar a Mina de Mocissos (Alandroal), onde uma equipa dirigida por Gert Goldenberg⁶, no âmbito do projecto do DAI-Madrid “*Prähistorische Kupfermetallurgie in Zambujal (Portugal): von der Erzlagerstätte zum Fertigprodukt*” efectuou uma sondagem onde, aparentemente, se documentou a actividade de extracção mineira entre o período calcolítico e o início da Idade do Ferro. A formação de escombrelas durante a Idade do Bronze foi comprovada na sequência estratigráfica por várias datas, que integram a formação da mesma ao longo de todo o segundo milénio aC (GOLDENBERG & HANNING, n.p.). Todavia, não foram documentados quaisquer indícios de práticas metalúrgicas, nem em escavação, nem nas recolhas de superfície efectuadas no local, o que uma vez mais se coaduna com os dados disponíveis, por exemplo no Casarão da Mesquita 3 onde se registou a presença de minério. Este facto parece contrastar com o que se passa pelo menos em parte da região extremeña, onde se documentou a presença do povoado mineiro e metalúrgico de Logrosán (RODRÍGUEZ DÍAZ *et al.*, 2001). Resta apenas mencionar a presença de um malho de mineração associado ao povoado de Pero Lobo (CALADO, 1993, p. 35) que nos poderá estar a indiciar a proximidade de uma zona de exploração de minério.

Numa perspectiva geral importa reter um nível doméstico de produção, evidenciando uma organização social que deverá estar ainda bastante centrada nos grupos familiares.

5 – A MORTE OU A FALTA DELA...

Se há algo em que possamos ter a certeza é que se morria durante a Idade do Bronze do Alentejo Central... todavia, para além disso, todos os procedimentos decorrentes do facto são-nos particularmente desconhecidos, carecendo quase por completo de dados. Na realidade, até 2008 não era conhecido qualquer enterramento atribuível, com segurança, ao final da Idade do Bronze no território aqui em questão. Actualmente, a realidade começou a transformar-se mas, são conhecidos menos de uma dezena de enterramentos com segurança integrados entre os meados do IIº milénio e o final do primeiro quartel do milénio seguinte. Todos, à excepção de um, são provenientes destas ocupações situadas nas margens do Albardão, nomeadamente Casarão da Mesquita 3 (2) (SANTOS *et al.*, 2008, p. 79), Casarão da Mesquita 4 (1) (NUNES *et al.*, n.p.), Monte da Cabida 3 (1) (SOARES *et al.*, 2009, p. 442) e Horta do Albardão 3 (1) (SANTOS *et al.*, 2009, p. 67). Têm em comum a presença de enterramentos individuais em estrutura negativa de perfil em U, de tipo fossa ou silo, com deposição geralmente em decúbito lateral, em posição fetal, por vezes bastante flectida, na base do enchimento do mesmo, ou a meio. Atendendo à gama de idades apresentam grande diversidade, entre o indivíduo juvenil, como no Casarão da Mesquita 4, ao indivíduo de idade já certamente avançada da Horta do Albardão 3. A escassez de dados não permite maiores considerandos, contudo, é certo que não haveria lugar à formação de necrópoles, fazendo-se provavelmente um uso oportunista das estruturas negativas existentes. No entanto, e apesar de não se detectarem oferendas de qualquer espécie, estamos perante verdadeiros lugares de sepultamento, com a deposição do corpo

⁶ A quem agradecemos todas as informações disponibilizadas.

a respeitar preceitos claramente cuidados, recebendo mesmo nalguns casos revisitação e rearranjo em momentos posteriores à perda das partes moles. No caso da Horta do Albardão 3, o crânio foi removido do corpo e posteriormente posicionado sobre as pedras que se depuseram entretanto sobre os restos mortais, acompanhando rituais de há muito conhecidos no Sul do país durante este período (VEIGA, 1891, Estampa XIII). Este facto, a par da informação disponível de outros locais próximos, indicia que os corpos se decomporiam em ambiente vazio, sendo posteriormente cobertos, de modo natural ou não, por sedimentos, em geral indiferenciados. Outro aspecto a reter, como linha de análise futura, é a escolha de estruturas negativas situadas na periferia da agregação a que se encontram associadas, nomeadamente as sepulturas 27 e 28 do Casarão da Mesquita 3, o que poderá estar a indiciar não só a sua estreita ligação a um espaço ainda em uso, e que se queria preservar, mas também a um putativo grupo familiar que utilizaria e manteria aquele espaço técnico. Os dados são, contudo, manifestamente escassos, permitindo apenas assegurar a utilização do ritual de inumação por estas populações sem que possamos, sequer, extrapolar a nível regional, na justa medida em que, para cronologias semelhantes já se encontrava documentado o ritual de cremação numa região adjacente, como foi possível verificar na necrópole ribatejana do Tanchoal dos Patudos (VILAÇA *et al.*, 1999).

A 4.^a Anta do Zambujeiro, em Montemor o Novo, terá sido um pequeno sepulcro sem corredor, que foi intervenção por Manuel Heleno, desconhecendo-se por completo o contexto exacto dos restos humanos exumados. O estudo antropológico dos mesmos identificou a presença de pelo menos dois indivíduos, um robusto e outro grácil, pretensamente provenientes deste monumento, tendo um deles sido datado (Beta 196093 – 3040±40 BP) dentro de um momento avançado da Idade do Bronze (ROCHA & DUARTE, 2009, p. 765). Nas antas 2 e 3 de Vale Rodrigo documentou-se a presença de cerâmica do final da Idade do Bronze, sem que se tenha registado qualquer enterramento associado (KALB, 1994, p. 424).

A utilização de monumentos megalíticos para enterramentos durante a Idade do Bronze tem vindo a ser documentada um pouco por todo o Sul peninsular (KALB, 1994; CARDOSO, 2004; LORRIO & MONTERO, 2004; LORRIO, 2008; GARCÍA SANJUÁN, 2005; MATALOTO, 2005a; MATALOTO, 2007a), estando localizados em território actualmente português dois dos casos mais emblemáticos, a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (SPINDLER *et al.*, 1973-74) e a Nora Velha, Ourique, (VIANA, 1959; SCHUBART, 1975). Em geral, nos casos conhecidos, trata-se essencialmente de usos restritos, individuais, sem que se conheça a formação de necrópoles, indiciando, talvez, a presença de gestos únicos relacionados com momentos e práticas muito precisas no contexto da comunidade. Contudo, a escassez de dados disponíveis para o caso do Alentejo Central impede maiores considerandos, dificultando a devida valorização do reuso dos antigos monumentos no contexto socioeconómico das comunidades do final da Idade do Bronze. Em diversas situações a presença de elementos de claro prestígio e destaque social, em particular no caso da Nora Velha, ou mesmo do próximo Cerro das Antas (VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1957), onde se registaram 3 braceletes de ouro do final da Idade do Bronze, para além do próprio monumento da Roça do Casal do Meio, podem estar a indiciar a presença de actos de legitimação de personagens e linhagens, enquanto gestos de “*construction of time*” englobados em estratégias de “*keep while giving*” (KRISTIANSEN, 2008), através da sua associação a monumentos ancestrais. Contudo, como em outro local já assinalámos (MATALOTO, 2007a, p. 133), o Bronze Final no Alentejo Central parece ser caracterizado pela transferência dos principais vectores simbólicos para o espaço dos vivos, que ganha agora notória visibilidade ao instalar-se nas mais altas seranias, muitas vezes dotadas de evidentes conjuntos cénicos de marcada individualidade e aparato, similares aos documentados no Castro dos Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010) ou Passo Alto (SOARES *et al.*, 2012), na margem esquerda do Guadiana. Ao mesmo tempo os espaços sepulcrais revestem-se de manifesta invisibilidade. Neste mesmo sentido têm vindo a ser entendidas as transformações dos gestos fúnebres sofridas durante o final da Idade do Bronze no noroeste peninsular onde, uma vez mais, a morte ganha invisibilidade, por contraponto à maior visibilidade do espaço dos vivos (BETTENCOURT, 2010, p. 164). Todavia, este facto não obsta a que pon-

tualmente o reuso de monumentos megalíticos possa, realmente, ser conjugado com todo um discurso de construção e consolidação do poder de certas linhagens através da apropriação, pessoal ou comunitária, destes rasgos de ancestralidade. Todavia, como bem nos recorda J. Whitley (2002), e R. Bradley corrobora (2003, p. 225), nem sempre o reuso destes antigos monumentos representa actos de comemoração ou associação com os antepassados, podendo revestir-se de inúmeras conotações, ou até de nenhuma. Neste contexto, o reuso de monumentos megalíticos como espaços de tumulação durante o Bronze Final pode derivar apenas de meras opções oportunistas, ao invés de resultar de estratégias claras de formação de Identidades e territorialidades, em particular nestes casos onde nenhum espólio pode ser claramente associado.

Esta invisibilidade da morte pode estar relacionada com a emergência progressiva de novos ritos funerários, os quais não estimulavam a formação de necrópoles complexas, sem termos que recorrer à proposta extrema de abandono dos cadáveres nas águas (BELÉN & ESCACENA, 1995, p. 110). Como já se referiu, atendendo aos dados das necrópoles de cremação de Alpiarça, nomeadamente do Tanchoal dos Patudos, de onde dispomos de cronologia absoluta (VILAÇA *et al.*, 1999), é claro que pelo menos algures entre os finais do séc. XI e inícios do século IX a.C. coexistiam a Sul do Tejo dois rituais de tratamento e deposição do corpo, sem que possamos entrever, se quer, qual estaria mais difundido. No entanto, só durante o século VI a.C. no Alentejo Central a cremação parece tornar-se ritual único, desaparecendo as inumações que, todavia, claramente se mantiveram até mais tarde a Sul da Serra de Portel/Mendro, como fica patente nas necrópoles da área de Pedrógão do Alentejo, escavadas por Margarida Figueiredo⁷. Este facto pode ser relevante para entendermos uma difusão da incineração no sentido Norte-Sul, num processo longo, certamente anterior à chegada do Mundo colonial fenício, mas que poderá ter sido influenciado e estimulado pelo contacto com estas comunidades forâneas.

Efectivamente, no Ocidente peninsular, parece haver cada vez mais indícios de uma progressiva difusão Norte-Sul do ritual incinerador durante o final da Idade do Bronze constituindo, de momento, a região de Alpiarça o exemplo indubitável mais a sudoeste. O caso da Nora Velha (Ourique) – onde se documentaram duas urnas provavelmente cinerárias (LORRIO, 2008, p. 455), a par de outro espólio menor e uma “caldeireta” em bronze (JIMÉNEZ ÁVILA, 2002, p. 152) – não contradiz, cremos, esta leitura, na medida em que o seu uso cinerário não é claro, atendendo que o seu escavador não menciona qualquer vestígio osteológico (VIANA, 1959), e a sua cronologia, se aceitarmos a convivência entre os elementos mencionados, terá sido contemporânea da presença de populações orientais junto à costa, em particular se nos ativermos na cronologia proposta para a caldeireta (século VIII a.C.) (JIMÉNEZ ÁVILA 2002, p. 152). Assim, dada a sua cronologia, ainda que se trate de uma cremação, poderá resultar já da disseminação de novas influências introduzidas pelas populações mediterrâneas.

Resulta igualmente importante valorizar, neste contexto, os indícios, mal conhecidos é certo, detectados na Anta das Castelhanas (Marvão) onde foram documentados ossos carbonizados, aparentemente recolhidos no interior do monumento, datados de meados do II milénio a.C. (OLIVEIRA, 1998, p. 231). Este poderá ser mais um indício da progressiva introdução do ritual incinerador na região que tem, aliás, um conjunto crescente de vestígios de rituais de fogo associados a ossos humanos em período pré-histórico, sem que possamos assegurar que se trata da incineração de corpos, como no caso da Anta da Bola da Cera, no nordeste alentejano (OLIVEIRA, 1998, p. 231), ou no caso mais expressivo dos Perdigões, em pleno Alentejo Central (VALERA & SILVA, 2011, p. 13).

Os dados da região Centro e Norte de Portugal, mais em concreto da região de Viseu, assinalam a utilização da cremação em momentos antigos da Idade do Bronze, pelo que se pode supor uma expansão deste ritual sem que tenhamos que recorrer a deslocações de povos, nem a um sentido unívoco da expansão europeia dos campos de urnas. As ligações com o Mundo Meseteno, bem patentes na estratigrafia de Evoramonte através da presen-

⁷ Necrópoles de Poço Novo e Fareleira, em estudo por Margarida Figueiredo e o autor.

ça de cerâmicas integráveis no período clássico de Cogotas I (ABARQUERO MORAS, 2005, p. 469), podem estar também a documentar outras vias de expansão do mesmo ritual através do interior peninsular, atendendo que, nos últimos anos, têm vindo a surgir indícios crescentes do ritual incinerador nesta região durante a Idade do Bronze (BLANCO GONZÁLEZ & FABIÁN GARCÍA, 2010, p. 205). Contudo, e de momento, os poucos mortos do final da Idade do Bronze detectados no Alentejo Central foram inumados, sem espólio associado, na adjacência do que deveriam ser os campos de cultivo, sendo por vezes revisitados e sujeitos a rituais de tratamento do corpo e da sepultura que impunham respeito e veneração pelos finados. Este facto deve alertar-nos também para a imensa ruptura cultural que representa a introdução do rito incinerador que, cremos, apenas se deverá difundir já no início da Idade do Ferro. Este é o momento preciso em que se dá a total desestruturação das redes de povoamento do Final da Idade do Bronze, e a provável ruptura social e cultural de que emergirá a sociedade rural centro-alentejana do segundo quartel do I milénio a.C.. Esta ruptura estrutural das comunidades deverá, então, ser acompanhada pela difusão de novos ritos funerários, que terão contribuído para a consolidação de novas identidades e territorialidades, onde a construção de necrópoles desempenhará um papel fulcral na sua legitimação, recorrendo, por vezes, a linguagens ancestrais, como acontece na necrópole megalítica da Tera ou no enterramento da Hortinha (MATALOTO, 2010-11).

6 - A SOCIEDADE DO BRONZE FINAL: OS SENHORES DAS SERRAS

O Alentejo Central parece ser marcado desde meados do segundo milénio a.C., como se enunciou acima, e defendemos em outro local (MATALOTO, 2012), por redes complexas de povoamento estruturadas em torno de grandes aglomerações populacionais que, organizadas em parcerias solidárias e interdependentes, coordenariam amplos territórios na envolvente das principais serranias.

A implantação dos maiores povoados em destacadas cumeadas, onde se viam e se davam a ver, permitia-lhes assumir um papel fundamental na gestão das transitabilidades, ao localizarem-se sempre, ou quase sempre, em relevantes pontos nodais de caminhos naturais. Este facto possibilitou a ascensão de determinados grupos que assentariam o seu poder no controlo e gestão da circulação de bens e pessoas, de origem regional e supra regional, como foi proposto para outras realidades do Ocidente peninsular (VILAÇA, 1998, p. 348), ou mesmo europeias (Kristiansen, 2007). Esta realidade acabaria por desembocar no reforço das sinergias regionais e inter-regionais, estimulando o aparecimento de alianças intergrupais que controlariam os fluxos de circulação. Deste modo, acabariam por sair reforçados os laços de uma comunidade com um território e uma identidade, dando origem a processos de territorialização e consolidação dos elementos sociais nelas envolvidos (VILAÇA, 1998; PAVÓN, 1998). Efectivamente, como propôs V. Correia (1997, p. 70), o reforço do povoamento concentrado estreitaria as ligações de vizinhança, favorecendo a territorialidade intergrupar. Os sistemas de povoamento desenvolvidos em torno das principais serranias alentejanas apenas seriam sustentáveis num quadro de estreita colaboração e solidariedade entre povoados vizinhos, ajudando a diluir uma eventual conflitualidade latente, dada a pressão sobre os recursos. A gestão social e identitária dos territórios deveria ser negociada entre as principais linhagens locais, de onde emergiriam elementos socialmente destacados, de forte cunho guerreiro. Estas realidades sociais, centradas nas serranias, deveriam estar integradas em redes de solidariedade regionais unidas por laços identitários e familiares que lhes permitiam integrar redes de trocas e circulação, fortalecendo a sua posição face às realidades populacionais mais próximas.

Esta leitura, que nos levou a considerar a emergência de verdadeiros Senhores das Serras (MATALOTO, 2012), acabou por se sustentar essencialmente numa visão estruturada do povoamento e da sociedade que lhe estaria subjacente. No entanto, estamos certos de que dificilmente poderíamos entender estes grupos sociais como for-

temente estratificados, ou com uma mobilidade social reduzida, que se aproximasse de contornos proto-estatais, ou de estarem organizados em torno de complexos habitacionais de cariz proto-urbano. Assim, sem negarmos a existência de diferenciação social e de povoamento, concebemos uma sociedade do final da Idade do Bronze ainda largamente baseada nas estruturas familiares de parentesco e num nível de produção familiar, virado essencialmente para a autossustentação, na qual, todavia, começariam a emergir em determinadas linhagens elementos socialmente destacados.

Este modelo social estaria, segundo cremos, longe do que se tem vindo a propor largamente para a Idade do Bronze europeia onde, contudo, se reconhece a escassez de realidades de tipo estado (EARLE & KRISTIANSEN, 2010, p. 248). Para além do contexto peninsular, em particular para as realidades centro e norte europeias, têm vindo a propor-se, com frequência, modelos socio-políticos que implicam uma estruturação que dificilmente vislumbramos na nossa região. Usualmente, estes modelos são baseados em estruturas de chefados, entendidos como “*decentralised archaic state*” onde, apesar das dificuldades de centralização dos sistemas produtivos, se documentaria uma clara hierarquização social e do território, com a presença de indivíduos destacados da estrutura produtiva, que controlariam, a partir de povoados centrais, o tributo da população camponesa, para manter grupos de guerreiros e artesãos especializados (KRISTIANSEN, 1998, p. 48; KRISTIANSEN, 2007, p. 61; KRISTIANSEN, 2010, p. 169).

Se atendermos apenas aos diferentes modelos de ocupação, com dimensões e estratégias de implantação bem distintas, seria possível ler as malhas de povoamento documentadas no Alentejo Central desde esta perspectiva, contudo, a total ausência de conhecimento da estrutura interna dos povoados e das estruturas habitacionais, a ausência de indícios de controlo da produção, nomeadamente metalúrgica ou agrícola, a inexistência, ao menos atestada, de sítios especializados impõe grande prudência e a procura de modelos alternativos, que se afastem dos rígidos paradigmas sociais apresentados por Service (CRUMLEY, 1995, p. 3; HARDING, 2000, p. 389). Todavia, estamos conscientes da enorme capacidade adaptativa aparentemente subjacente ao modelo de chefado, característica-chave para o seu suposto sucesso no contexto europeu da Idade do Bronze (EARLE & KRISTIANSEN, 2010, p. 246). Contudo, questionamo-nos se a plasticidade do modelo não será antes decorrente dos preconceitos e flexibilidade das leituras impostas pelos diversos arqueólogos à realidade material. Assim, como foi proposto para uma das raras áreas estudadas de modo aprofundado no Centro-Sul de Portugal, a Beira Baixa, é bastante provável que estejamos perante sociedades com chefes, mas não chefados, onde a diferenciação existe, mas não uma estruturação social hierarquizada rígida (VILAÇA, 1995, p. 418).

Nos últimos anos têm vindo a multiplicar-se os estudos que avançam leituras menos rígidas da estruturação das comunidades, buscando alternativas que procurem melhor enquadrar a realidade existente, fugindo a esquemas rígidos de hierarquização de tipo piramidal (KIENLIN & ZIMMERMAN, 2012; THURSTON, 2010). É justamente neste contexto que têm vindo a surgir as propostas de fundo heterárquico (CRUMLEY, 1995), que permitem um mais profundo entrosamento entre as diversas realidades, sem os preconceitos inerentes aos modelos disponibilizados anteriormente (HARDING, 2000, p. 391). Efectivamente, mesmo nas regiões melhor estudadas onde, segundo alguns, parece documentar-se uma estrutura social de fundo estatal, fortemente hierarquizada (LULL, *et al.*, 2009), leituras mais recentes vêm contrariar largamente esta perspectiva, demonstrando que a diferenciação, apesar de ineludível, não teria a expressão que se supõe, não permitindo, se quer, o afastamento de elementos sociais aparentemente destacados das actividades produtivas (BARTELHEIM, 2012).

Regressando ao Alentejo Central devemos, então, entender as redes de povoamento identificadas em torno das mais elevadas serranias como resultantes da agregação solidária e voluntária das diferentes comunidades em redes de fundo igualitário, promovendo sistemas de povoamento heterárquicos, compostos por homens livres, onde emergiriam indivíduos ou linhagens escolhidas pelas suas características intrínsecas para coordenarem os esforços comunitários, especialmente em conjunturas específicas. Estas redes funcionariam, então, sob um con-

ceito de “*Power to*”, onde o poder seria essencialmente delegado e não obtido por coersão (THURSTON, 2010, p. 202), invertendo o mais usualmente aceite “*Power over*” associado a estruturas de tipo chegado ou proto-estatal, que se utilizam frequentemente para explicar a estruturação social e política das comunidades da Idade do Bronze peninsular. Estas redes, como se viu, seriam essencialmente compostas por povoados independentes do ponto de vista económico, ao documentar-se uma produção verdadeiramente atomizada quer do ponto de vista agrícola, quer do ponto de vista metalúrgico ou mesmo têxtil, que se desenvolvia em contexto essencialmente doméstico. No entanto, é plausível que alguns destes povoados conseguissem atrair a si funções de controlo sobre o fluxo de materiais exóticos e de luxo, e mesmo da transitabilidade, ao controlarem pontos nodais de circulação, o que autorizaria a emergência de elementos socialmente destacados capazes de obter mais-valias desta posição, tal como se propôs para outras regiões do Ocidente peninsular (VILAÇA, 1995, p. 419) ou da Europa (KRISTIANSEN, 2007, p. 71). No entanto, não temos evidências efectivas que esta função se encontrasse concentrada nos centros de maior dimensão, ainda que a sua posição adjacente a importantes portelas naturais, caso do Castelo Velho da Serra d’Ossa ou Evoramonte, o torne plausível. Nalguns casos, poderiam inclusivamente controlar o acesso a algumas matérias-primas de prestígio, como se pode propor para Evoramonte onde o ouro aluvial, existente nas imediações, poderia ter sido explorado.

Numa sociedade onde a capacidade produtiva era gerida no contexto familiar, as fortes limitações técnicas impediam uma ampla acumulação de excedente o que conduziria, como bem nos lembra J. Barceló (1995), a um reduzido desequilíbrio entre as diversas unidades produtivas domésticas, estando a exploração do trabalho vinculada essencialmente ao seio familiar. A acumulação direccionava-se, então, para a capacidade de gerar e manter vínculos e alianças, interacções como as designa o autor, com outros grupos domésticos, quer com comunidades imediatas, dentro do mesmo sistema de povoamento, quer com outras. A acumulação estaria então focada na obtenção de poder político e social para o grupo familiar, e de um indivíduo no seu seio, que lhes permitisse a gestão de actividades não produtivas, essencialmente cerimoniais – como os ritos, a guerra ou mesmo as trocas com o exterior – dos quais acabariam por gerar e acumular novos laços externos. O desequilíbrio e acumulação eram então gerados a partir das ligações com o exterior da comunidade, favorecendo a fluidez dos contactos que se estruturariam de modo progressivo em âmbitos cada vez mais alargados, favorecendo graus diferenciados de interacção com as comunidades envolventes. Entendo assim, que as comunidades que integravam um sistema de povoamento do tipo que identificámos em torno das serranias alentejanas estariam fortemente unidas entre si por estas ligações familiares, gerando conceitos de identidade grupal que estimulariam a interacção social com comunidades distantes, após a saturação das ligações internas, onde a troca de mulheres deveria desempenhar um papel relevante. Ao mesmo tempo, a interacção com outros sistemas de povoamento mais próximos poderiam derivar na gestão de tensões sociais e territoriais através da guerra, ritualizada ou efectiva, que permitisse o reforço das ligações internas dos grupos, através de actos heróicos, ou mesmo externas, com a aceitação da vitória e a selagem de novos pactos familiares inter-grupais.

Estamos uma vez mais com J. Barceló ao cremos que “*Durante el Bronce Final no hay ni ricos ni pobres, ni trabajadores ni no-trabajadores, sino patriarcas, mujeres y bandoleros*” (BARCELÓ, 1995, p. 585).

Por toda a Europa, o final da Idade do Bronze é marcado pela disseminação de importantes panóplias de fundo guerreiro, associadas, segundo alguns, a verdadeiros senhores da guerra (KRISTIANSEN, 1999, p. 181; OSGOOD & MONKS, 2000). O território centro alentejano parece acompanhar esta tendência, se tivermos em consideração o registo de diversas espadas e pontas de lança na região, as quais poderiam em boa medida ter sido produzidas localmente, se atendermos à existência de moldes no Castro do Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010, p. 311) e na Coroa do Frade (ARNAUD, 1979, p. 69). Estas poderão apontar igualmente para a emergência da condição guerreira no nosso território, em particular se associarmos à fundação de amplos povoados de cumeada e altura dotados de estruturas perimetrais, por vezes com claro sentido ostentatório, mais propriamente que coercivo,

como fica patente no Castro dos Ratinhos (BERROCAL & SILVA, 2010) ou no Passo Alto (SOARES *et al.*, 2012). Quer aceitemos uma guerra efectiva, ou simplesmente simbólica (VILAÇA, 1995, p. 419; DELGADO, 2001, p. 376), cremos que a noção de “guerra” ou de conflito e tensão terá jogado um papel relevante na estruturação e consolidação destas redes de povoamento do final da Idade do Bronze, e das redes de interacção inter-familiares que as compunham. A necessidade de reunir amplos grupos humanos em locais estratégicos e de elevada defensabilidade natural, eventualmente ocasionada por contextos de elevada tensão territorial, poderá ter fomentado um maior sentido grupal que, incapaz de uma mobilização coerciva, como se apontou acima, acabaria por gerar a unidade solidária de uma comunidade em torno de um território, ocupado e explorado em coordenação. Neste contexto, é provável que certas famílias e, dentro destas, os seus patriarcas, tenham assumido funções de coordenação de acções de grupo, desenvolvendo ou integrando importantes linguagens identitárias transregionais, que fomentariam e reforçariam o sentido gregário. Estes seriam, então, os Senhores das Serras, determinantes para a coesão do grupo, assumindo a sua condição através de relevantes panóplias guerreiras e impressionantes conjuntos áureos, provavelmente ostentados pelas suas mulheres, que partilhariam uma linguagem simbólico-identitária que os integraria em amplas redes de comunidades solidárias, como defendemos anteriormente (MATALOTO, 2012).

O desenvolvimento destas linguagens identitárias e simbólicas seria fulcral para a estruturação dos grupos, ainda muito dependentes de organizações primárias, assentes em laços de união familiar. Deste modo, a associação frequente de impressionantes conjuntos áureos (bracelete de Estremoz, Arraiolos ou Redondo, colares de Évora, Portel ou Monsaraz) aos distintos sistemas de povoamento registados nas serranias alentejanas deverá corresponder à formação de territórios estruturados em torno de redes de interacção familiares, das quais emanariam unidades socialmente destacadas, com os quais o grupo se identificava, e que provavelmente ajudaria a eleger. Esta seria uma forma de manter o grupo coeso sem recurso a coerção político-militar. A coesão do grupo deveria ser consolidada em assembleias, realizadas sazonalmente, que mediavam a transmissão e distribuição de poder entre as diversas unidades familiares, centralizadas nos designados patriarcas (BARCELÓ, 1995, p. 585). Estas assembleias deveriam ter decorrido em locais com forte simbolismo identitário, que fomentassem o sentido gregário dos grupos, como deveria ser o São Gens, ponto mais elevado da serra d'Ossa. Nelas, os patriarcas, que corporizariam as redes de interacção familiares, escolheriam um “*primus inter pares*” sobre o qual recairia a função de coordenar as distintas comunidades representadas, fazendo-se acompanhar de importantes panóplias guerreiras e ostentando a sua mulher, provavelmente, as jóias identitárias das comunidades e redes de interacção que representavam. Em determinadas regiões chegaram-nos indícios de celebrações e assembleias eventualmente semelhantes a estas como as *Fanum Voltumnae* etruscas ou as *ting/thing* conhecidas no Norte da Europa até época medieval (THURSTON 2010, p. 209 e 228). Estas assembleias, apesar de terem por base sociedades marcadamente distintas, acabavam por representar um propósito semelhante: a entrega e mediação do poder, delegado nas mãos de um indivíduo através de uma assembleia, que deveria ter por base uma realidade de povoamento heterárquica e uma sociedade hierarquizada ou não. É provável que os diversos artefactos relacionados com festins e banquetes conhecidos no ocidente peninsular (caldeiros, espetos, fúrculas) pudessem estar relacionados com assembleias e celebrações deste género, não deixando de ser relevante o recente achado de parte de dois ganchos de fúrcula, junto de grandes cabanas circulares do final da Idade do Bronze, no Cabeço das Fráguas (Guarda) (SANTOS, 2010, p. 135), sítio justamente conhecido pelo seu destaque na paisagem (OSÓRIO, 2009, p. 97), a que não deverá ser alheia a realização da célebre inscrição rupestre aí documentada.

Todavia, este modelo social haveria de entrar em profunda desagregação provavelmente a partir dos finais do século VIII a.C., coincidindo com a chegada dos primeiros influxos gerados pela presença fenícia na costa atlântica. A relativa escassez destes últimos, por vezes apenas meramente indiciados, deixa escassa margem para uma relação directa de causa/efeito entre os dois fenómenos. O exemplo do Castro do Ratinhos, com a presença de

construções de planta rectangular em área destacada, de presumível função sagrada, associada aos botões de ouro com elementos em filigrana (BERROCAL *et al.*, 2012), parece demonstrar que os novos elementos de fundo colonial foram ainda integrados numa tentativa de reforçar as velhas identidades com as novas linguagens, que se começavam a difundir. Contudo, e tal como fica patente no abandono deste povoado num momento imediatamente subsequente aos primeiros contactos coloniais, cremos que as novidades não terão sido suficientes para manter o sentido identitário que garantia a coesão do grupo, levando à sua desagregação e à desestruturação das redes solidárias de base familiar. As tensões internas geradas pelo modelo social e de povoamento do final da Idade do Bronze deverão estar, então, na base da sua desagregação, na viragem para a Idade do Ferro.

A centralidade das redes de solidariedade entre unidades familiares localizadas em grandes povoados de cumeada requeria uma forte motivação e sentido gregário, quer por razões puramente defensivas, quer por razões simbólico-identitárias. Todavia, a dificuldade em manter grupos humanos alargados em tão agrestes condições de existência, onde todos os requisitos mínimos de subsistência se encontram distantes, acaba por condicionar a rápida desagregação dos mesmos assim que se alterem as condições que conduziram à sua formação. Efectivamente, a estruturação social competitiva em torno de unidades familiares unidas por laços de interacção social deveria ter atingido um limite de intensidade e acumulação que perderia a sua base essencialmente igualitária, conduzindo ao intensificar das tensões internas das comunidades que não seriam passíveis de dirimir através de mediação das assembleias. Assim, provavelmente, o destaque e acumulação de poder social passou para um nível de riqueza e acumulação de base económica, fragilizando as ligações de base igualitária, o que acabaria por se traduzir em insanáveis contradições internas, que exigiriam a transformação da coesão identitária em coersão, com repercussões na base económico-productiva que, limitada pelas dificuldades técnicas inerentes a esquemas produtivos bastante primitivos impediria a apropriação dos bens e meios de produção por uma elite em formação. Esta desestruturação acabaria por romper os laços de solidariedade intra e inter comunitários, gerando a total desagregação das comunidades que, em alguns casos, se tentou manter reunidas através da disseminação de novos elementos integradores, como a nova religião, visível no caso dos Ratinhos, ou na introdução de novos produtos, como o vinho, nas celebrações, como o parece indicar a amortização de ânforas importadas em São Gens. Contudo, estes intentos foram incapazes de impedir a desagregação dos grupos e a amortização dos conjuntos áureos que representavam a coesão e identidade da comunidade. Este facto ditou o regresso a um nível familiar restrito, após a quebra das solidariedades locais, gerando durante o séc. VII aC a emergência de uma sociedade rural estruturada em torno de pequenas unidades de exploração do tipo “monte”, nas quais cremos ver rasgos de relativa isonomia (MATALOTO, 2007, p. 157; 2009, p. 281). Este processo foi, todavia, acompanhado de profundas transformações, certamente resultado de um processo longo que vimos emergir ainda durante o final da Idade do Bronze, particularmente notório na evolução da estruturação do espaço doméstico, que nos surge bastante mais segmentado, após a integração das novidades de fundo arquitectónico disseminadas pelo contacto com as comunidades coloniais.

Deste modo, ao invés de outras regiões onde, por razões económicas, sociais ou mesmo simbólicas, as grandes redes de povoamento do final da Idade do Bronze parecem ter gerado comunidades de fundo proto-estatal e urbano na viragem para a Idade do Ferro, caso da Andaluzia (TORRES, 2002; FERRER & BANDERA, 2005), no Alentejo Central encontramos pura e simplesmente o colapso total das redes de povoamento do Bronze Final.

Após o colapso das realidades sociais do final da Idade do Bronze dá-se início a um novo paradigma humano, assente na exploração rural do território por pequenos grupos de raiz familiar, sem que até ao momento possamos ter encontrado grandes unidades populacionais geradoras de novas centralidades (MATALOTO, 2004). O início da Idade do Ferro no Alentejo Central terá, então, sido marcado pela descida da montanha para arrancar um verdadeiro Mundo Novo, centrado nos montes, enquanto unidades base de exploração, de raiz familiar. Exemplo

taxativo deste Novo Mundo é o facto de, até hoje, nenhuma destas instalações rurais da Idade do Ferro apresentar claros indícios de continuidade face a uma ocupação decorrida durante a Idade do Bronze.

Redondo, Inverno de 2012/2013

REFERÊNCIAS

- ABARQUERO MORAS, F. (2005) – *Cogotas I. La difusión de un tipo cerámico durante la Edad del Bronce*. Monografías – Arqueología en Castilla y León, 4.
- AGUSTÍ, E.; MORÍN DE PALOS, J.; URBINA MARTÍNEZ, D.; LÓPEZ FRAILE, J.; SANABRIA MARCOS, P.; LÓPEZ LÓPEZ, G.; LÓPEZ RÉCIO, M.; ILLÁN ILLÁN, J.; YRAVEDRA SAINZ, J.; MONTERO, I. (2012) – El yacimiento de Las Camas (Villaverde, Madrid). Longhouses en la Meseta Central. In MORÍN DE PALOS, J.; URBINA MARTÍNEZ, D. (ed.) *El primer milenio aC en la Meseta Central. De la longhouse al oppidum*. Segundo Simposium AUDEMA, p. 112-147.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: Bibliotheca Praehistorica Hispana. Vol. 14.
- ALMEIDA, J. (1945) – *Roteiro dos monumentos militares portugueses*. Vol. III. Lisboa: Império.
- ALMEIDA, S.; SILVA, R.; OSÓRIO, A. (2012) – O povoado de S. Pedro de Arraiolos (Alentejo, Portugal) Novos dados para o seu conhecimento. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p.229-247.
- ANTUNES, A.; DEUS, M.; SOARES, A. M.; SANTOS, F.; ARÊZ, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L. (2012) – Povoados abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p. 277-308.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum metallhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen halbinsel*. Editions Monique Mergoïl. Monographies Instrumentum, 15.
- ARMBRUSTER, B.; PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ouriversaria: Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: SEC/IPM.
- ARNAUD, J.M. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora – Escavações de 1971-1972. *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 20, p. 56-100.
- ARRUDA, A.M. (2005) – Orientalizante e Pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografias e cronologias. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds) *Actas del III Simposio Internacional de Arqueologia de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida: IAM/CSIC (Anexos de Archivo Español de Arqueología XXXV). Vol. I, p. 277-303.
- ARRUDA, A.M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (séc. VIII-VI a.C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra.
- AUBET, M. E. (1995) – Aproximación a la estructura social y demográfica tartésica. *Tartessos – 25 años después*. Jerez de la Frontera, p. 561-589.

- BARCELÓ, J. (1995) – Sociedad y Economía en el Bronce Final Tartésico. *Tartessos – 25 años después*. Jerez de la Frontera, p. 561-589.
- BARROS, L.; SOARES, A.M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série IV. 22, p. 333-352.
- BARTELHEIM, M. (2012) – Detecting Social structures in Bronze Age of southeastern Spain. In KIENLIN, T.; ZIMMERMANN, A. (ed.) *Beyond Elites. Alternatives to hierarchical Systems in modelling social formations*. Bonn, p. 339-354.
- BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. (1995) – Acerca del Horizonte de la Ría de Huelva. Consideraciones sobre el Final de La Edad de Bronce en el suroeste ibérico. In RUIZ-GALVEZ, M. *Ritos de paso y puntos de Paso. La ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final europeo*. Complutum-Extra, 5, p. 86-113.
- BERROCAL, L.; SILVA, A.C. (2007) – O Castro dos Ratinhos (Moura, Portugal). Um complexo defensivo no Bronce Final do Sudoeste peninsular. In BERROCAL, L.; MORET, P. (eds.) *Paisajes fortificados de la Edad del Hierro*. Madrid: Real Academia de la Historia/Casa de Velázquez., p. 169-190.
- BERROCAL, L.; SILVA, A.C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. *O Arqueólogo Português*. Suplemento 6.
- BERROCAL, L.; SILVA, A.C.; PRADOS, F. (2012) – El Castro de Ratinhos, un ejemplo de Orientalización entre las jaefaturas del Bronce del Suroeste. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p. 167-183.
- BETTENCOURT, A. (2010) – La Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica: un análisis a partir de las prácticas funerarias. *Trabajos de Prehistoria*. 67. N° 1, p. 139-173.
- BLANCO GONZÁLEZ, A.; FABIÁN GARCÍA, J. (2010) – Un hito de la memoria: el túmulo de El Morcuero (Gemuño, Ávila). *Munibe*. 61, p. 182-212.
- BLASCO BOSQUED, M.C. (2004) – Los poblados ribereños de «hoyos» en el entorno madrileño. Un modelo de asentamiento de la Edad del Bronce Peninsular. In García Huerta, M.; Morales Hervás, J. – *La Península Ibérica en el II Milénio A.C.: Poblados y Fortificaciones*. Cuenca, p. 349-387.
- BRADLEY, R. (2003) – The translation of time. In VAN DYKE, R.; ALCOCK, S. (eds.) *Archaeologies of Memory* p. 221-227.
- CALADO, M. (2002) – Povoamento Pré e Proto-Histórico da margem direita do Guadiana. *Almadan*. Almada. IIª série. N° 11, p. 122-127.
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Trabalhos de Arqueologia, 19. Lisboa: IPA.
- CALADO, M. (1995) – *A região da serra d'Ossa: introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (edição policopiada).
- CALADO, M. (1994) – Castelo Velho (Terena, Alandroal) Relatório de escavação da Campanha 2 (1993). Policopiado.
- CALADO, M. (1993) – *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (1993 a) – A Idade do Bronze. In MEDINA, J. (dir.) *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol.1, p. 327-353.

- CALADO, M.; BARRADAS, M.; MATALOTO, R. (1999) – Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães* – volume especial- Actas do Congresso de Proto-História Europeia. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. I, p. 363-386.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) *Sidereum Ana I – El rio Guadiana en época post-orientalizante*, Anejos de Archivo Español de Arqueología XLVI, p. 219-249
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal.
- CALADO, M.; MATALOTO, R.; ROCHA, A. (2007) – Povoamento proto-histórico na margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo, Portugal). In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I. *Arqueología de la Tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 129-179.
- CALADO, M.; ROCHA, L. (1996) – Povoamento do Bronze Final no Alentejo Central. *A Cidade de Évora*. Évora. IIª Série. nº 2-3, p. 35-55.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda. In, JORGE, S. (coord.) *A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, p. 48.
- CARDOSO, J.L. (2002) – Pré-História de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo.
- CARDOSO, J.L. (2004) – Uma tumulação do final do Bronze Final/ inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In LOPES, M.C.; VILAÇA, R. (coord.) *O Passado em cena: narrativas e fragmentos*. Coimbra/Porto: Centro de Estudos Arqueológicos da Universidades de Coimbra e Porto, p. 193-223.
- CARDOSO, J.L. (2004 a) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 12
- CARDOSO, J.L.; GUERRA, M.; BRAGANÇA GIL, F. (1992) – O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. Lisboa. Nº 1, p. 231-250.
- CARREIRA, J. (1996) – O conjunto metálico de Cano. *Vipasca*. 5, p. 50-70
- CASTRO, P.; LULL, V.; MICÓ, R. (1996) – Cronología de la Prehistoria reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ane). *BAR International Series*, 652.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: MNA. Série IV, v. 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion E. De Boccard. 11.
- CONTRERAS CORTÉS, F.; CÁMARA SERRANO, J. (2000) – Los elementos se arcilla. In CONTRERAS CORTÉS, F.; (Coord.) *Análisis histórico de las comunidades de la Edad del Bronce del Piedemonte meridional de Sierra Morena y Depresión Linares-Bailén*. Proyecto Peñalosa, Arqueología. Monografías 10, Dirección General de Bienes Culturales, Sevilla, p. 129-134.
- CORREIA, V. (1988) – Um punhal da Idade do Bronze Final, de Arraiolos. *Arqueologia*. Porto, 17, p. 201-203.
- CORREIA, V. (1993) – A ocultação de jóias na proto-história alentejana. *Lucerna*. Porto. Série II, Vol. II. Actas do Colóquio Portuense de Arqueologia.

- CORREIA, V. H. (1997) – Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37 (3-4), p. 41-85
- COSTA, T.; LIBERATO, M. (2007) – Intervenções arqueológicas no castelo de Evoramonte. Síntese dos resultados. *Vipasca*. 2ª série, 2 2007. p. 632-642.
- CRUMLEY, C. (1995) – Heterarchy and the Analysis of Complex Societies. *Archeological Papers of the American Anthropological Association*. Vol. 6, 1, p. 1-5.
- DELGADO, A. (2001) – *De guerreros a comerciantes: Poder e intercâmbio en las comunidades del Bronce Final de la Andalucía occidental*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- DUQUE ESPINO, D.; PÉREZ JORDÁ, G.; PAVÓN SOLDEVILA, I.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. (2009) – Sistema de Almacenamiento en la Protohistoria del Guadiana Médio: continentes y contenidos. In García Huerta, R.; RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, D. *Sistemas de almacenamiento entre los pueblos prerromanos peninsulares*. UCLM, Cuenca, p.283-301.
- EARLE, T.; KRISTIANSEN, K. (2010) – *Organizing Bronze Age Societies. The Mediterranean, Central Europe and Scandinavia compared*. CUP.
- FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes. Edição policopiada.
- FERNÁNDEZ GARCÍA, S. (1997) – Los puñales tipo “Porto de Mós” en el Bronce Final de Península Ibérica. *Complutum*. Madrid: Universidad Complutense, 8, p. 97-124.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-89) – Tartesos y Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 11.
- FERNÁNDEZ JURADO, J.; GARCÍA SANZ, C. (2001) – Arquitectura Orientalizante en Huelva. In, RUIZ MATA; D.; CELESTINO PÉREZ, S. *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. S/I: CE PO/CSIC, p. 159-171.
- FERRER ALBELDA, E.; BANDERA ROMERO, M^a L. (2005) – El orto de Tartessos: la colonización agraria durante el período Orientalizante. In CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.) *Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Mérida: IAM/CSIC (Anexos de Archivo Español de Arqueología XXXV). Vol. I, p. 565-574.
- FONSECA, T. (2003) – António Henriques da Silveira e as memórias analíticas da vila de Estremoz. Câmara Municipal de Estremoz.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005) – Grandes Piedras Viejas, Memoria y Pasado. Reutilizaciones del Dolmén de *Palacio III (Almadén de la Plata, Sevilla) durante la Edad del Hierro. In CELESTINO PÉREZ, C.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005) Anejos de Archivo Español de Arqueología. Mérida: IAM/CSIC. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental. El Período Orientalizante. Vol.I. XXXV, p. 595-604.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2005 a) – Las Piedras de la Memoria. La *permanencia* del megalitismo en el suroeste de la península Ibérica durante el II y I milenios ane. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62. Nº 1, p. 85-100.
- GARCÍA SANJUÁN, L.; ODRIOZOLA LLORET, C. (2012) – La cronología radiocarbónica de la Edad del Bronce (c. 2200-850 cal ANE) en el Suroeste de la Península Ibérica. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p. 363-387.

- GIBSON, C.; CORREIA, V.; BURGESS, C. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the late Bronze Age to Medieval site. 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. Vol. 0, p. 189-244.
- GOLDENBERG, G.; HANNING, E. (np) – Mining archaeological prospection for prehistoric copper ore mining activities in Portugal (Alentejo and Algarve, 2004 – 2007).
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L.; LLOMPART, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- GONZÁLEZ PRATS, A. (1992) – Una vivienda metalúrgica en la Peña Negra (Crevillente-Alicante). Aportación al conocimiento del Bronce Atlántico en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. 49, p. 243-257.
- HARDING, A. (2000) – *European Societies in the Bronze Age*. CUP.
- HERNÁNDEZ CARRETERO, A. (2005) – Estudio Palinológico de la cuenca baja del Guadiana (ALENTEJO). Relatório inédito, estruturado no âmbito dos estudos das intervenções do Bloco 8 do PMI de Alqueva.
- HERNÁNDEZ CARRETERO, A. (2010) – La flora de Ratinhos. Estudio palinológico del poblado. In BERROCAL, L.; SILVA, A.C. (eds.) O Castro dos Ratinhos (Barragem de Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. *O Arqueólogo Português. Suplemento* 6, p. 349-362.
- HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO, Frei (1745) – *Crónica dos eremitas da serra d'Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- HURTADO, V.; GARCÍA SANJUÁN, L.; HUNT, M. (Coords.) – *El asentamiento de El Trastejón (Huelva). Investigaciones en el marco de los procesos sociales y culturales de la Edad del Bronce en el Suroeste de la Península Ibérica*. Monografías Arqueología. Junta de Andalucía.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La Toréutica Orientalizante en la Península Ibérica*. Bibliotheca Archaeologica Hispana. Madrid: Real Academia de la Historia. 16.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; GUERRA MILLÁN, S. (2012) – El Bronce Final en Medellín. Estudio preliminar del Corte SMRO. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p. 65-110.
- JORGE, S.O. (1990) – Complexificação das Sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios. In, SERÃO, J.; OLIVEIRA MARQUES, A.H. (dir.) *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. Vol. I. Portugal das origens à romanização, cap. V, p. 213-251.
- KALB, P. (1994) – Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze. In *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta, p. 415-426. [Actas do colóquio, Nov. 1992].
- KIENLIN, T.; ZIMMERMANN, A. (Ed.) – *Beyond Elites. Alternatives to hierarchical Systems in modelling social formations*. Bonn.
- KRISTIANSEN, K. (1998) – *Europe before History*. CUP.
- KRISTIANSEN, K. (1999) – The emergence of warriors aristocracies in later European Prehistory and their long-term History. In CARMAN, J.; HARDING, A. (eds) *Ancient Warfare*. Sutton Publishing, p. 175-189.
- KRISTIANSEN, K. (2007) – The Rules of the Game. Decentralized Complexity and Power Structures. In KOHRING,

- S.; WYNNE-JONES, S. (red.), *Socialising Complexity. Structure, Interaction and Power in Archaeological Discourse*. Oxford, p. 60-75.
- KRISTIANSEN, K. (2008) – From memory to monument: the construction of time in the Bronze Age. In LEHOËRF, A. (dir.) *Construire le temps. Histoire et methods des chronologies et calendriers des derniers millénaires avant notre ère en Europe occidentale*. Bibracte, p. 41-50.
- KRISTIANSEN, K. (2010) – Decentralized Complexity: the case of Bronze Age Northern Europe. ? In PRICE, T.D.; FEINMAN (eds) *Pathways to power-new perspectives on the emergence of social inequality*, p. 169-192.
- LADRÓN GUEVARA, I. (1994) – *Aportación al estudio de la cerámica con impresiones digitales en Andalucía*. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- LÓPEZ GARCÍA, P.; LÓPEZ SÁEZ, J.; HERNÁNDEZ CARRETERO, A. (2005) – El paleo Ambiente del suroeste peninsular en la Protohistoria. In, Celestino, S.; Jiménez Ávila, J. *El Período Orientalizante*. Mérida. Anejos del Archivo Español de Arqueología, XXXV, p. 383-403.
- LÓPEZ MIRA, J. (2009) – De hilos, telares y tejidos en el Argar alicantino. In HÉRNANDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J. (Eds) *En los confines del Argar: una cultura de la Edad del Bronce en Alicante*, p. 136-153.
- LORRIO, A. (2008) – *Qurénima. El Bronce Final del Sureste de la Península Ibérica*. BAH. 27.
- LORRIO, A. J.; MONTERO RUIZ, I. (2004) – Reutilización de sepulcros colectivos en el sureste de la península Ibérica: la Colección Siret. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 61. N° I, p. 99-116.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RISH, R.; HERRADA, C. (2009) – El Argar: la formación de una sociedad de clases. In In HÉRNANDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J.; LÓPEZ PADILLA, J. (eds.) *En los confines del Argar: una cultura de la Edad del Bronce en Alicante*, p. 224-245.
- MAIA, M. (1988) – Neves II e a “Facies” Cultural de Neves-Corvo. 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja. 2ª Série. 3, p. 23-42.
- MAIA, M.; MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves-Corvo. Trabalhos Realizados no Triénio 1982-84*. s/l: SOMINCOR.
- MARTÍN DE LA CRUZ, J.L.; VERA RODRÍGUEZ, J.C.; GAVILÁN CEVALLOS, B.; PERLINES BENITO, M. (2005) – Un colgante de cornalina de manufactura oriental procedente de la Provincia de Córdoba. In, Celestino, S.; Jiménez Ávila, J. *El Período Orientalizante*. Mérida. Anejos del Archivo Español de Arqueología, XXXV, p. 503-509.
- MARQUES, A. Oliveira (1978) – *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa. Edições Cosmos. 3ª edição.
- MARQUES, G.; ANDRADE, M. (1974) – Aspectos da Proto-história do território português 1- definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto: Junta Nacional de Educação, p. 125-148.
- MATALOTO, R. (1999) – As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*. Volume Especial – Actas do Congresso de Proto-história Europeia no centenário da Morte de Martins Sarmiento. Vol. I, p. 333-362.
- MATALOTO, R. (2004) – *Um “monte “ da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. *Trabalhos de Arqueologia*. 37.

- MATALOTO, R. (2004 a) – Meio Mundo: o início da Idade do Ferro no cume da serra d'Ossa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7, 2, p 139-173.
- MATALOTO, R. (2005) – Meio Mundo 2: a fortificação calcolítica do Alto de São Gens (Redondo/Estremoz, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8, 1, p. 5-19.
- MATALOTO, R. (2005 a) – A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo) – Megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8, 2, p. 115-128.
- MATALOTO, R. (2007) – Viver no campo: a Herdade da Sapatoa e o povoamento rural centro-alentejano em meados do Iº milénio aC. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10, nº 2, p 135-160.
- MATALOTO, R. (2007 a) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 10, 1, p. 123-140.
- MATALOTO, R. (2008) – O pós-Orientalizante que nunca o foi. Uma comunidade camponesa na Herdade da Sapatoa. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) *Sidereum Ana I – El río Guadiana en época post-orientalizante*, Anejos de Archivo Español de Arqueologia XLVI, p. 219-249
- MATALOTO, R. (2009) – A través dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. In BELARTE, C. (ed.) *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier mil·lenni aC)*. Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell (Calafell – Tarragona, 6 al 9 de març de 2007). *Arqueomediterranea*, 11, p. 279-298.
- MATALOTO, R. (2010-2011) – Os Senhores da Terra: necrópoles e comunidades rurais do território alto alentejano do sécs. VI-V aC. *Arqueologia e História*. 62-63, p. 77-100.
- MATALOTO, R. (2012) – Os Senhores e as Serras. O final da Idade do Bronze no Alentejo Central. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueologia. LXII, p. 185-213.
- MATALOTO, R.; ALVES, C.; CARVALHO, C. (2007) – De Serra em Serra – instabilidade e conflito no final da Idade do Ferro do Alentejo Central. *Vipasca*. 2ª série, 2, p. 242-249.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J.; MONGE SOARES, A. (2013) – Cronologia Absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20. Neste volume.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *Le site Phénicien d'Abul (Portugal)*. *Comptoir et Sanctuaire*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MEDEROS, A. (1997) – Nueva cronología del Bronce Final del occidente de Europa. *Complutum*. Madrid: UCM. Vol. 8, p. 73-96.
- MEDEROS, A. (2008) – El Bronce Final. In GRACIA ALONSO, F. (2008) *De Iberia a Hispania*. Ariel PreHistoria, p. 19-91.
- MEDEROS, A.; HARRISON, R.J. (1996) – Patronazgo y clientela. Honor, guerra y festines en las relaciones sociales de dependència del Bronce Final atlántico en la Península Ibérica. *Pyrenae*. Barcelona. 27, p. 31-52.
- MEDEROS, A.; RUIZ CABRERO, L. (2006) – Los inicios de la presencia fenicia en Málaga, Sevilla y Huelva. *Mainake*. Málaga. XXVIII, p. 129-176.
- MOITA, I. (1965) – Sobrevivência de cultos de origem remota no interior do Alentejo. *Separata das Actas do Congresso Internacional de Etnografia*. Lisboa.

- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel. Prähistorische Bronzefunde*. Munique, 9 (6).
- NUNES, S.; ALMEIDA, M.; FERREIRA, T.; BASÍLIO, L. (np) – Questões e problemas suscitados pela intervenção no Casarão da Mesquita 4 (S. Manços, Évora): da análise intra-sítio à integração e comparação regional. A publicar nas Actas do *Workshop “Estruturas negativas da pré-história recente e proto-história peninsulares”*. Beja, 2009.
- OLIVEIRA, J. (1998) – A Anta da Joaninha e a da Era de Guardias (Cedillo-Cáceres) no ambiente megalítico da foz do rio Sever. *Ibn Maruán*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão. N.º 8, p. 203-245.
- OSGOOD, R.; MONKS, S. (2000) – *Bronze Age Warfare*. The History Press.
- OSÓRIO, M. (2009) – A Idade do Ferro do alto Côa: os dados e as problemáticas. In Sanabria Marcos, P. (ed.) *Lusitanos y Vettones*. Memórias de Arqueologia. Cáceres, 9, p. 95 – 105.
- PAÇO, A. (1961) – O Castelo do Giraldo (Évora) e os novos horizontes do Neolítico alentejano, *VI CAN*, Zaragoza.
- PAÇO, A. (1965) – O Castelo de Arraiolos. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. 6, p. 187-191.
- PAÇO, A.; VENTURA, J. F. (1961) – Castelo do Giraldo (Évora): trabalhos de 1960. *Revista de Guimarães*. Guimarães, 71, p. 9-20.
- PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo Interior. In *A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, p. 131-134.
- PARREIRA, R. (1998) – As arquitecturas como factor de construção da paisagem na Idade do Bronze do Alentejo interior. In JORGE, S. (Ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. *Trabalhos de Arqueologia* 10, p. 267-273.
- PÁVON SOLDEVILA, I. (1998) – *El tránsito del II milenio al I milenio a.C. en las cuencas medias de los Ríos Tajo y Guadiana: La Edad del Bronce*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- PAVÓN SOLDEVILA, I.; DUQUE ESPINO, D.; PÉREZ JORDÁ, G.; MARQUÉZ GALLARDO, J. (2010) – Novedades en la Edad del Bronce del Guadiana Medio. Intervención en el Cerro del Castillo de Alanje (2005-2006). In PÉREZ MACÍAS, J.; ROMERO BOMBA, E. (eds.) *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva, p. 442-462.
- PEREA, A. (1995) – La metalurgia del oro en la fachada atlántica peninsular durante el Bronce Final: interacciones tecnológicas. In RUIZ GALVÉZ, A. (ed.) *Ritos de paso y puntos de paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, p. 69-78.
- PEREA, A. (2005) – Mecanismos identitários y de construcción de poder en la transición Bronce-Hierro. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62, 2, p. 91-103.
- PEREIRA, G. (1889) – O santuário de Endovélico. *Revista Archeológica*. Lisboa. 3, p. 145-149.
- PINGEL, V. (1992) – *Die vorgeschichtlichen goldfunden die Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.
- PONTE, M.S. (2006) – *Corpus Signorum das fibulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- REBELO, P.; SANTOS, R.; NETO, N.; FONTES, T.; SOARES, A.M.; DEUS, M.; ANTUNES, A. (2009) – Dados preliminares da intervenção arqueológica no sítio do Bronze Final de Entre Águas 5 (Serpa). In PÉREZ MACÍAS, J.; ROMERO BOMBA, E. (Eds) *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*. Huelva, p. 463-488.

- RENZI, M. (2007) – Estudio tipológico y funcional de las toberas del yacimiento de la Fonteta (Guardamar del Segura, Alicante). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 64, 1, p. 165-177.
- ROCHA, L.; DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ, M.; GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.)- *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas do IX Congreso Nacional de Paleopatología. Morella (Castelló), 26-29 septiembre de 2007*. Grupo PALEOLAB, p. 763-781.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J. J. (2001) – *Extremadura Tartésica: Arqueología de un proceso periférico*. Barcelona: bellaterra.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A., PAVÓN SOLDEVILA, I., MERIDETH, C., TRESSERAS, J. J. I. (2001) – *El Cerro de San Cristobal, Logrosan, Extremadura, Spain*. BAR International Series 922, Oxford.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1992) – La novia vendida: orfebrería, herencia y agricultura en la Proto-historia de la Península Ibérica. *Spal*. 1, 219-251.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (Ed.) (1995) – *Ritos de paso y puntos de paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final europeo*. Madrid: Universidad Complutense. Complutum Extra, 5.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raíces de la Europa occidental*. Crítica, Barcelona.
- RUIZ MATA, D. (1995) – Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el tiempo y el espacio tartésico. In, *Tartessos. 25 Años Después 1968 – 1993*. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento de Jerez, p. 265-313.
- RUIZ ZAPATERO, G.; LORRIO, A. (1986) – Casas redondas y rectangulares de la Edad del Hierro: aproximación a un análisis comparativo del espacio doméstico. *Arqueología Espacial*. Teruel. Vol. 9, p. 79-101.
- SANTOS, M. J. (2010) – O Cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na *Hispania* indo-europeia. *Iberografias*. 6, p. 131-141.
- SANTOS, F.; AREZ, L.; SOARES, A.M.; DEUS, M.; QUEIROZ, P.; VALÉRIO, P.; RODRIGUES, Z.; ANTUNES, A.; ARAÚJO, M.F. (2008) – O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na encosta do Albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11. 2, p. 55-86.
- SANTOS, F.; SOARES, A. M.; RODRIGUES, Z.; QUEIROZ, P.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2009) – A Horta do Albardão 3: um sítio da Pré-historia recente, com fosso e fossas, na encosta do Albardão (S. Manços, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 12: 1. p. 53-71.
- SANTOS, M. J.; SCHATTNER, T. (2010) – O Cabeço das Fráguas através da Arqueologia. *Iberografias*. 6, p. 89-108.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwestern der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.
- SCHUBART, H.; PINGEL, V.; ARTEAGA, O. (2000) – Fuente Álamo. Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce. Junta de Andalucía.
- SILVA, A. C. (1999) – *Salvamento arqueológico no Guadiana*. Memórias d’Odiva. Beja: EDIA. N° 1.
- SILVA, A. C.; BERROCAL RANGEL, L. (2005) – O Castro dos Ratinhos (Moura). Povoado do Bronze Final do Guadiana: 1ª campanha de escavações 2004. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 8, 2. p. 139-173.

- SOARES, A. M. (2005) – Os povoados do Bronze Final do sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8, nº1, p. 111-145.
- SOARES, J.; SILVA, C.T. (1998) – From the collapse of the chalcolitic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In, JORGE, S. (Ed.) *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia nº 10, p. 231-245.
- SOARES, A.M.; SANTOS, F.; DEWULF, J.; DEUS, M.; ANTUNES, A. (2009) – Práticas rituais no Bronze do Sudoeste – Alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 17, p. 433-456.
- SOARES, A. M.; ANTUNES, A.; DEUS, M. (2012) – O Passo Alto no contexto dos povoados fortificados do Bronze Final do Sudoeste. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. (Ed.) *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final*. Anejos de Archivo Español de Arqueología. LXII, p. 249- 276.
- SPINDLER, K.; CASTELLO BRANCO, A. DE; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O DA VEIGA (1973-1974) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 57, p. 91-154.
- THURSTON, T. (2010) – Bitter arrows and generous gifts: what was a “king” in the European Iron Age? In PRICE, T.D.; FEINMAN (eds) *Pathways to power-new perspectives on the emergence of social inequality*, p. 193-254.
- TORRES, M. (1998) – La cronología absoluta europea y el inicio de la colonización fenicia en Occidente. *Complutum*. Madrid. 9, p. 49-60.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Bibliotheca Archaeologica Hispana. Madrid: Real Academia de la Historia. 14.
- TORRES ORTIZ, M. (2008) – The chronology of the Late Bronze Age in western Iberia and the beginning of the Phoenician colonization in the western mediterranean. In BRANDHERM, D.; TRASCHSEL, M. (eds) *A new dawn for the Dark Age? Shifting paradigms in Mediterranean Iron Age chronology*. BAR Intyernational Series 1871, p. p.135 – 147.
- VALERA, A.; SILVA, A. M. (2011) – Datações de radiocarbono para os Perdigões (1): Contextos com restos humanos nos sectores I & Q. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA, 7, p. 7-14. Revista em linha: www.nia-era.org
- VASCONCELOS, J. L. (1941) – Etnografia portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. III.
- VEIGA, S. P. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VERA, J. (2012) – Una cabana orientalizante en el ruedo agrícola de Huelva. Comunicação apresentada ao Congresso *Sidereum Ana III*, a 20 de Setembro de 2012.
- VIANA, A. (1959) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. II – Monumento dolménico do Barranco da Nora Velha. *Arquivo de Beja*. Beja. 16, p. 24-28.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V.; ANDRADE, R. F. (1957) – Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38, p. 409-419.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia). 9, 2 vol.

- VILAÇA, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C. *Estudos Pré-Históricos*. 6, p. 347-374.
- VILAÇA, R. (2006a) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: Novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid. Vol. 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2006) – Depósitos de Bronze do território português. Um debate em aberto. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. Vol. 24, p. 9-150.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D.; GONÇALVES, A. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. 38, p. 5-29.
- WHITLEY, J. (2002) – Too many ancestors. *Antiquity*, 76, p. 119-126.